

**PROPOSTA COMERCIAL**

IDENTIFICAÇÃO
RAZÃO SOCIAL: FIEL VIGILÂNCIA LTDA
CNPJ: 01.775.654/0006-64
ENDEREÇO: BENJAMIN CONSTANT, 3205, EMBRATEL - PORTO VELHO - RO (CEP 76820-848)
TELEFONE: (62) 3545-0030 / (41) 99874-0335 (Telefone do Setor de Licitações)

Apresentamos nossa proposta para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, referente ao objeto do PE 711/2020 acatando todas as estipulações consignadas no Termo de Referência e seus anexos conforme abaixo:

GRUPO	Descrição do Item	UNIDADE	Quantidade		Valor Unitário por Posto	Valor Total Mensal
			POSTO	Nº MESES		
7	Posto de Vigilância DESARMADA – 12 (doze) horas DIURNA, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto	1	12	R\$ 8.824,30	R\$ 8.824,30
	Posto de Vigilância DESARMADA – 12 (doze) horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto	1	12	R\$ 9.820,08	R\$ 9.820,08
8	Posto de Vigilância ARMADA – 12 (doze) horas DIURNA, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto	1	12	R\$ 8.833,70	R\$ 8.833,70
	Posto de Vigilância ARMADA – 12 (doze) horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto	1	12	R\$ 9.829,48	R\$ 9.829,48
9	Posto de Vigilância ARMADA – 12 (doze) horas DIURNA, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto	1	12	R\$ 8.833,70	R\$ 8.833,70
	Posto de Vigilância ARMADA – 12 (doze) horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto	1	12	R\$ 9.829,48	R\$ 9.829,48
TOTAL MENSAL						R\$ 55.970,74
TOTAL CONTRATO						R\$ 671.648,88

DAS DECLARAÇÕES

- a) Em caso de divergência dos preços apresentados em algarismos e por extenso, prevalecerão estes últimos;
b) O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias;

- c) No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados, seguros, fretes, rotulagem, embalagens, e quaisquer outros
- e) Foi utilizado como referência salarial para a elaboração das propostas de preços e composição da planilha de custos e formação de preços a Convenção Coletiva do SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DE RONDONIA, CNPJ: 63.628.150/0001-64, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego PA RO000183/2020
- f) Declaramos e nos comprometemos a realizar os serviços do objeto do Termo de Referência, nas condições e exigências estabelecidas no termo. Declaramos que o(s) objeto(s) terá seus serviços estritamente de acordo com as especificações, condições, exigências constantes do Termo de Referência, bem como, nos seus demais anexos, sob pena de não serem aceitos pelo órgão licitante. Que estamos de pleno acordo com todas as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no edital, termo de referência e instrumento de contrato. Estar cientes da responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias à correta cotação do objeto licitado. Que os preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive frete, taxas, impostos, tributos, contribuições sociais, parafiscais, comerciais e outros inerentes ao objeto relativo ao procedimento licitatório, inclusive despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente, observadas ainda as isenções previstas na legislação. Que cumprimos todos os prazos estabelecidos no edital e seus anexos.
- g) Declaramos que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, que não tentou influir na decisão de qualquer outro potencial participante desta dispensa, e que com estes ou com outras pessoas não discutiu nem recebeu informações.
- h) Prazo de Pagamento: Conforme Termo de Referência e seus Anexos
- i) A Unidade da Federação na qual será emitido o documento fiscal é: Rondonia
- j) Declaramos que o objeto licitado não será subcontratado.
- k) Declaramos que não estou participando sob a forma de consórcio.

Inscrição Estadual: ISENTA

Inscrição Municipal: 4385

ENDEREÇO: BENJAMIN CONSTANT, 3205, EMBRATEL - PORTO VELHO - RO (CEP 76820-848)

TELEFONE: (62) 3545-0030 / (41) 99874-0335 (Telefone do Setor de Licitações)

Representante para Assinatura do Contrato: MILTON FELIZ FREITAS, CASADO, ADMINISTRADOR, CPF: 251.171.571-66, RG: 797832/2, Domiciliado na AVENIDA MILÃO, QD. 08, CAND. JADE, TORRE 3, APTO 803, BAIRRO ELDORADO, GOIANIA/GO, Brasileiro, Natural de FIRMINOPOLIS/GO

E-mail: milton@fielvigilancia.com.br

Porto Velho - RO, 22 de setembro de 2021.

**DIOGO HENRIQUE
FRANCO**

MARTINS:07507266958

Assinado de forma digital por
DIOGO HENRIQUE FRANCO
MARTINS:07507266958

Dados: 2021.09.22 10:39:05 -03'00'

PROPOSTA COMERCIAL

IDENTIFICAÇÃO	
RAZÃO SOCIAL: FIEL VIGILÂNCIA LTDA	
CNPJ: 01.775.654/0006-64	
ENDEREÇO: BENJAMIN CONSTANT, 3205, EMBRATEL - PORTO VELHO - RO (CEP 76820-848)	
TELEFONE: (62) 3545-0030 / (41) 99874-0335 (Telefone do Setor de Licitações)	

Apresentamos nossa proposta para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, referente ao objeto do PE 711/2020 acatando todas as estipulações consignadas no Termo de Referência e seus anexos conforme abaixo:

GRUPO	Descrição do Item	UNIDADE	Quantidade		Valor Unitário por Posto	Valor Total Mensal
			POSTO	Nº MESES		
7	Posto de Vigilância DESARMADA – 12 (doze) horas DIURNA, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto	1	12	R\$ 8,824.30	R\$ 8,824.30
	Posto de Vigilância DESARMADA – 12 (doze) horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto	1	12	R\$ 9,820.08	R\$ 9,820.08
8	Posto de Vigilância ARMADA – 12 (doze) horas DIURNA, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto	1	12	R\$ 8,833.70	R\$ 8,833.70
	Posto de Vigilância ARMADA – 12 (doze) horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto	1	12	R\$ 9,829.48	R\$ 9,829.48
9	Posto de Vigilância ARMADA – 12 (doze) horas DIURNA, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto	1	12	R\$ 8,833.70	R\$ 8,833.70
	Posto de Vigilância ARMADA – 12 (doze) horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto	1	12	R\$ 9,829.48	R\$ 9,829.48
TOTAL MENSAL						R\$ 55,970.74
TOTAL CONTRATO						R\$ 671,648.88

DAS DECLARAÇÕES

a) Em caso de divergência dos preços apresentados em algarismos e por extenso, prevalecerão estes últimos;

b) O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias;

comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados, seguros, fretes, rotulagem, embalagens, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto.

- e) Foi utilizado como referência salarial para a elaboração das propostas de preços e composição da planilha de custos e formação de preços a Convenção Coletiva do SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DE RONDONIA, CNPJ: 63.628.150/0001-64, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego PA RO000183/2020
- f) Declaramos e nos comprometemos a realizar os serviços do objeto do Termo de Referência, nas condições e exigências estabelecidas no termo. Declaramos que o(s) objeto(s) terá seus serviços estritamente de acordo com as especificações, condições, exigências constantes do Termo de Referência, bem como, nos seus demais anexos, sob pena de não serem aceitos pelo órgão licitante. Que estamos de pleno acordo com todas as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no edital, termo de referência e instrumento de contrato. Estar cientes da responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias à correta cotação do objeto licitado. Que os preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive frete, taxas, impostos, tributos, contribuições sociais, parafiscais, comerciais e outros inerentes ao objeto relativo ao procedimento licitatório, inclusive despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente, observadas ainda as isenções previstas na legislação. Que cumprimos todos os prazos estabelecidos no edital e seus anexos.
- g) Declaramos que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, que não tentou influir na decisão de qualquer outro potencial participante desta dispensa, e que com estes ou com outras pessoas não discutiu nem recebeu informações.
- h) Prazo de Pagamento: Conforme Termo de Referência e seus Anexos
- i) A Unidade da Federação na qual será emitido o documento fiscal é: Rondonia
- j) Declaramos que o objeto licitado não será subcontratado.
- k) Declaramos que não estou participando sob a forma de consórcio.

Inscrição Estadual: ISENTA

Inscrição Municipal: 4385

ENDEREÇO: BENJAMIN CONSTANT, 3205, EMBRATEL - PORTO VELHO - RO (CEP 76820-848)

TELEFONE: (62) 3545-0030 / (41) 99874-0335 (Telefone do Setor de Licitações)

Representante para Assinatura do Contrato: MILTON FELIZ FREITAS, CASADO, ADMINISTRADOR, CPF: 251.171.571-66, RG: 797832/2, Domiciliado na AVENIDA MILÃO, QD. 08, CAND. JADE, TORRE 3, APTO 803, BAIRRO ELDORADO, GOIANIA/GO, Brasileiro, Natural de FIRMINOPOLIS/GO

E-mail: milton@fielvigilancia.com.br

Porto Velho - RO, 22 de setembro de 2021.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Processo:	0052.185457/2019-98
Licitação:	711/2020/GAMA/SUPEL/RO
Dia: 22/09/2021 às 10:00h	

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	9/22/2021
B	Município	Porto Velho / Ji-Parana / Guajaramirim - RO
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	CCT 2021/2022 - 01/03/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12 meses

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilante Desarmado	12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	5

Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

Dados para composição dos custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 1.351,28
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante Desarmado
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	3/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Nota 3: Apresentar uma planilha para cada localidade e tipo de posto.

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
		%	VALOR (R\$)
A	Salário Base - Conforme CCT		R\$ 1.351,28
B	Adicional Periculosidade	30,00%	R\$ 405,38
C	Adicional Noturno	0%	R\$ 0,00
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ 0,00
E	Reflexo sobre o Descanso Semanal Remunerado	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 1.756,66

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Nota 2: O intervalo intrajornada é verba de natureza indenizatória isenta de encargos sociais e trabalhistas, conforme Art. 71, §4º da Lei nº 13.467/2017 e Art. 214, §9º, "m" do Decreto nº 3.048/99.

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias			
		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário - Conforme Anexo II das Planilhas	8,33%	R\$ 146,33
B	Adicional de Férias - Conforme Anexo II das Planilhas	2,78%	R\$ 48,80
TOTAL			R\$ 195,13

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Nota 2: O adicional de férias e as férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 12,10%, conforme conta vinculada.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições			
		%	VALOR (R\$)
A	INSS - Conforme Anexo II das Planilhas	20,00%	R\$ 390,36
B	Salário Educação - Conforme Anexo II das Planilhas	2,50%	R\$ 48,79
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho) - Conforme Anexo II das Planilhas	3,00%	R\$ 58,55
D	SESC ou SESI - Conforme Anexo II das Planilhas	1,50%	R\$ 29,28
E	SENAI - SENAC - Conforme Anexo II das Planilhas	1,00%	R\$ 19,52
F	SEBRAE - Conforme Anexo II das Planilhas	0,60%	R\$ 11,71
G	INCRA - Conforme Anexo II das Planilhas	0,20%	R\$ 3,90
H	FGTS - Conforme Anexo II das Planilhas	8,00%	R\$ 156,14
TOTAL			R\$ 718,25

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
		VALOR (R\$)
A	Vale Transporte	R\$ 42,21
B	Auxílio-alimentação (vales, cesta básica, etc.)	R\$ 482,17
C	Seguro de Vida, Funeral, Invalidez e Jurídica	R\$ 9,13
D	Assistência Médica e Familiar	R\$ 11,29
E	Cesta Básica	R\$ 16,89
TOTAL		R\$ 561,70

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa Nº 5, de 26 de maio de 2017.

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 195,13
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 718,25
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 561,70
TOTAL		R\$ 1.475,08

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
PROVISÃO PARA RESCISÃO		%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado - Conforme Anexo II das Planilhas	0.21%	R\$ 3.66
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado - Conforme Anexo II das Planilhas	8.00%	R\$ 0.29
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado - Conforme Anexo II das Planilhas	2.00%	R\$ 35.13
D	Aviso Prévio Trabalhado - Conforme Anexo II das Planilhas	0.97%	R\$ 17.08
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado - Conforme Anexo II das Planilhas	36.80%	R\$ 6.29
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado - Conforme Anexo II das Planilhas	2.00%	R\$ 35.13
TOTAL		49.98%	R\$ 97.58

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - Conforme Anexo II das Planilhas	8.33%	R\$ 232.06
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais - Conforme Anexo II das Planilhas	0.28%	R\$ 7.74
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade - Conforme Anexo II das Planilhas	0.01%	R\$ 0.38
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho - Conforme Anexo III das Planilhas	0.04%	R\$ 1.16
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - Conforme Anexo II das Planilhas	0.03%	R\$ 0.93
TOTAL		8.70%	R\$ 242.27

Submódulo 4.2 - Indenização de Intrajornada		VALOR (R\$)
A	Indenização de Intrajornada	R\$ 140.23
TOTAL		R\$ 140.23

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 242.27
4.2	Indenização de Intrajornada	R\$ 140.23
TOTAL		R\$ 382.50

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes - Conforme Edital e Item 5.1 da Planilha	-
B	Equipamentos - Conforme Edital e Anexo I das Planilhas	-
TOTAL		R\$ 50.69

5.1	Uniformes	UNIDADE	QTDE CONTRATO	VALOR (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
1	Calça	Unidade	3	R\$ 35.90	R\$ 107.70	R\$ 8.98
2	Camisa e Camiseta	Unidade	3	R\$ 41.90	R\$ 125.70	R\$ 10.48
3	Cinto	Unidade	2	R\$ 15.00	R\$ 30.00	R\$ 2.50
4	Sapatos/Coturnos	Par	2	R\$ 55.90	R\$ 111.80	R\$ 9.32
5	Meias	Par	4	R\$ 3.00	R\$ 12.00	R\$ 1.00
6	Boné	Unidade	2	R\$ 3.00	R\$ 6.00	R\$ 0.50
7	Capa de Colete	Unidade	1	R\$ 46.90	R\$ 46.90	R\$ 3.91
8	Apito com Cordão	Unidade	1	R\$ 8.90	R\$ 8.90	R\$ 0.74
9	Jaqueta	Unidade	1	R\$ 78.90	R\$ 78.90	R\$ 2.19
10	Capa de Chuva	Unidade	1	R\$ 27.90	R\$ 27.90	R\$ 2.33
11	Crachá e Distintivo	Unidade	1	R\$ 3.00	R\$ 3.00	R\$ 0.25
TOTAL						R\$ 42.20

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos (Água, Luz, Telefone, Apoio Administrativo, Supervisão e Contribuição Sindical Patronal): [(Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5) x (percentual de Custos Indiretos)]	3.50%	R\$ 131.69
B	Lucro: [(Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos) x (percentual de Lucro)]	3.50%	R\$ 136.30
TRIBUTOS			
C.1	PIS: [((Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos + Lucro) / (1 - (soma (percentual do PIS + COFINS + ISS)))) x percentual de PIS]	0.65%	R\$ 28.68
C.2	COFINS: [((Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos + Lucro) / (1 - (soma (percentual do PIS + COFINS + ISS)))) x percentual de COFINS]	3.00%	R\$ 132.36
C.3	ISS: [((Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos + Lucro) / (1 - (soma (percentual do PIS + COFINS + ISS)))) x percentual de ISS]	5.00%	R\$ 220.61
TOTAL		15.65%	R\$ 649.64

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 1.756.66
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS	R\$ 1.475.08
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 97.58
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 382.50
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 50.69
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 3.762.51
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 649.64
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 4.412.15

3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
TIPO DE SERVIÇOS (A)	Valor Proposto Por Empregado (B)	Qtde. de Empregados Por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (BxC)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (DxE)	
I	Vigilância desarmada de 12x36 horas DIURNAS de Segunda-Feira a Domingo	R\$ 4,412.15	2	R\$ 8,824.30	1	R\$ 8,824.30
Valor Mensal dos Serviços					R\$ 8,824.30	

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		
	VALOR (R\$)	
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 8,824.30
B	Valor mensal do serviço	R\$ 8,824.30
C	Valor global da Proposta para 12 Meses (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato)	R\$ 105,891.60

5. COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA (VALOR MENSAL DOS SERVIÇO)				
	ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DO POSTO	NÚMERO DE POSTOS	SUBTOTAL (R\$)
I.	Vigilância desarmada de 12x36 horas DIURNAS de Segunda-Feira a Domingo	R\$ 8,824.30	2	R\$ 17,648.60
Total				R\$ 17,648.60

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Processo:	0052.185457/2019-98
Licitação:	711/2020/GAMA/SUPEL/RO
Dia: 22/09/2021 às 10:00h	

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	9/22/2021
B	Município	Porto Velho / Ji-Parana / Guajaramirim - RO
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	CCT 2021/2022 - 01/03/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12 meses

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilante Armado	12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	2

Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

Dados para composição dos custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 1.351,28
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante Armado
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	3/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Nota 3: Apresentar uma planilha para cada localidade e tipo de posto.

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
		%	VALOR (R\$)
A	Salário Base - Conforme CCT		R\$ 1.351,28
B	Adicional Periculosidade	30,00%	R\$ 405,38
C	Adicional Noturno	0%	R\$ 0,00
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ 0,00
E	Reflexo sobre o Descanso Semanal Remunerado	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 1.756,66

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Nota 2: O intervalo intrajornada é verba de natureza indenizatória isenta de encargos sociais e trabalhistas, conforme Art. 71, §4º da Lei nº 13.467/2017 e Art. 214, §9º, "m" do Decreto nº 3.048/99.

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias			
		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário - Conforme Anexo II das Planilhas	8,33%	R\$ 146,33
B	Adicional de Férias - Conforme Anexo II das Planilhas	2,78%	R\$ 48,80
TOTAL			R\$ 195,13

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Nota 2: O adicional de férias e as férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 12,10%, conforme conta vinculada.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições			
		%	VALOR (R\$)
A	INSS - Conforme Anexo II das Planilhas	20,00%	R\$ 390,36
B	Salário Educação - Conforme Anexo II das Planilhas	2,50%	R\$ 48,79
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho) - Conforme Anexo II das Planilhas	3,00%	R\$ 58,55
D	SESC ou SESI - Conforme Anexo II das Planilhas	1,50%	R\$ 29,28
E	SENAI - SENAC - Conforme Anexo II das Planilhas	1,00%	R\$ 19,52
F	SEBRAE - Conforme Anexo II das Planilhas	0,60%	R\$ 11,71
G	INCRA - Conforme Anexo II das Planilhas	0,20%	R\$ 3,90
H	FGTS - Conforme Anexo II das Planilhas	8,00%	R\$ 156,14
TOTAL			R\$ 718,25

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
		VALOR (R\$)
A	Vale Transporte	R\$ 42,21
B	Auxílio-alimentação (vales, cesta básica, etc.)	R\$ 482,17
C	Seguro de Vida, Funeral, Invalidez e Jurídica	R\$ 9,13
D	Assistência Médica e Familiar	R\$ 11,29
E	Cesta Básica	R\$ 16,89
TOTAL		R\$ 561,70

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa Nº 5, de 26 de maio de 2017.

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 195,13
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 718,25
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 561,70
TOTAL		R\$ 1.475,08

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
PROVISÃO PARA RESCISÃO			
		%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado - Conforme Anexo II das Planilhas	0.21%	R\$ 3.66
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado - Conforme Anexo II das Planilhas	8.00%	R\$ 0.29
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado - Conforme Anexo II das Planilhas	2.00%	R\$ 35.13
D	Aviso Prévio Trabalhado - Conforme Anexo II das Planilhas	0.97%	R\$ 17.08
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado - Conforme Anexo II das Planilhas	36.80%	R\$ 6.29
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado - Conforme Anexo II das Planilhas	2.00%	R\$ 35.13
TOTAL		49.98%	R\$ 97.58

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
--	--	--	--

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - Conforme Anexo II das Planilhas	8.33%	R\$ 232.06
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais - Conforme Anexo II das Planilhas	0.28%	R\$ 7.74
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade - Conforme Anexo II das Planilhas	0.01%	R\$ 0.38
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho - Conforme Anexo III das Planilhas	0.04%	R\$ 1.16
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - Conforme Anexo II das Planilhas	0.03%	R\$ 0.93
TOTAL		8.70%	R\$ 242.27

Submódulo 4.2 - Indenização de Intrajornada			
			VALOR (R\$)
A	Indenização de Intrajornada		R\$ 140.23
TOTAL			R\$ 140.23

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
			VALOR (R\$)
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 242.27
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ 242.27
4.2	Indenização de Intrajornada		R\$ 140.23
TOTAL			R\$ 382.50

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
INSUMOS DIVERSOS			
			VALOR (R\$)
A	Uniformes - Conforme Edital e Item 5.1 da Planilha	-	R\$ 42.20
B	Equipamentos - Conforme Edital e Anexo I das Planilhas	-	R\$ 12.50
TOTAL		-	R\$ 54.70

5.1	Uniformes	UNIDADE	QTDE CONTRATO	VALOR (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
1	Calça	Unidade	3	R\$ 35.90	R\$ 107.70	R\$ 8.98
2	Camisa e Camiseta	Unidade	3	R\$ 41.90	R\$ 125.70	R\$ 10.48
3	Cinto	Unidade	2	R\$ 15.00	R\$ 30.00	R\$ 2.50
4	Sapatos/Coturnos	Par	2	R\$ 55.90	R\$ 111.80	R\$ 9.32
5	Meias	Par	4	R\$ 3.00	R\$ 12.00	R\$ 1.00
6	Boné	Unidade	2	R\$ 3.00	R\$ 6.00	R\$ 0.50
7	Capa de Colete	Unidade	1	R\$ 46.90	R\$ 46.90	R\$ 3.91
8	Apito com Cordão	Unidade	1	R\$ 8.90	R\$ 8.90	R\$ 0.74
9	Jaqueta	Unidade	1	R\$ 78.90	R\$ 78.90	R\$ 2.19
10	Capa de Chuva	Unidade	1	R\$ 27.90	R\$ 27.90	R\$ 2.33
11	Crachá e Distintivo	Unidade	1	R\$ 3.00	R\$ 3.00	R\$ 0.25
TOTAL						R\$ 42.20

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
		%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos (Água, Luz, Telefone, Apoio Administrativo, Supervisão e Contribuição Sindical Patronal): [(Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5) x (percentual de Custos Indiretos)]	3.50%	R\$ 131.83
B	Lucro: [(Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos) x (percentual de Lucro)]	3.50%	R\$ 136.44
TRIBUTOS			
C.1	PIS: [((Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos + Lucro) / (1 - (soma (percentual do PIS + COFINS + ISS))) x percentual de PIS]	0.65%	R\$ 28.71
C.2	COFINS: [((Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos + Lucro) / (1 - (soma (percentual do PIS + COFINS + ISS))) x percentual de COFINS]	3.00%	R\$ 132.51
C.3	ISS: [((Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos + Lucro) / (1 - (soma (percentual do PIS + COFINS + ISS))) x percentual de ISS]	5.00%	R\$ 220.84
TOTAL		15.65%	R\$ 650.33

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão de Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			
			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ 1.756.66
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS		R\$ 1.475.08
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ 97.58
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ 382.50
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ 54.70
Subtotal (A + B + C + D + E)			R\$ 3.766.52
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ 650.33
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 4.416.85

3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
TIPO DE SERVIÇOS (A)	Valor Proposto Por Empregado (B)	Qtde. de Empregados Por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (BxC)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (DxE)	
I	Vigilância desarmada de 12x36 horas DIURNAS de Segunda-Feira a Domingo	R\$ 4.416,85	2	R\$ 8.833,70	1	R\$ 8.833,70
Valor Mensal dos Serviços					R\$ 8.833,70	

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		
DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 8.833,70
B	Valor mensal do serviço	R\$ 8.833,70
C	Valor global da Proposta para 12 Meses (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato)	R\$ 106,004,40

5. COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA (VALOR MENSAL DOS SERVIÇO)				
	ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DO POSTO	NÚMERO DE POSTOS	SUBTOTAL (R\$)
I.	Vigilância desarmada de 12x36 horas DIURNAS de Segunda-Feira a Domingo	R\$ 8.833,70	2	R\$ 17,667,40
Total				R\$ 17,667,40

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Processo:	0052.185457/2019-98
Licitação:	711/2020/GAMA/SUPEL/RO
Dia: 22/09/2021 às 10:00h	

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	9/22/2021
B	Município	Porto Velho / Ji-Paraná / Guajaramirim - RO
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	CCT 2021/2022 - 01/03/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilante Desarmado	12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas	2

Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

Dados para composição dos custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 1.351,28
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante Desarmado
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	3/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Nota 3: Apresentar uma planilha para cada localidade e tipo de posto.

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
		%	VALOR (R\$)
A	Salário Base - Conforme CCT		R\$ 1.351,28
B	Adicional Periculosidade	30,00%	R\$ 461,47
C	Adicional Noturno	25%	R\$ 186,97
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ 0,00
E	Reflexo sobre o Descanso Semanal Remunerado	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 1.999,72

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Nota 2: O intervalo intrajornada é verba de natureza indenizatória isenta de encargos sociais e trabalhistas, conforme Art. 71, §4º da Lei nº 13.467/2017 e Art. 214, §9º, "m" do Decreto nº 3.048/99.

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias			
		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário - Conforme Anexo II das Planilhas	8,33%	R\$ 166,58
B	Adicional de Férias - Conforme Anexo II das Planilhas	2,78%	R\$ 55,55
TOTAL			R\$ 222,13

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Nota 2: O adicional de férias e as férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 12,10%, conforme conta vinculada.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições			
		%	VALOR (R\$)
A	INSS - Conforme Anexo II das Planilhas	20,00%	R\$ 444,37
B	Salário Educação - Conforme Anexo II das Planilhas	2,50%	R\$ 55,55
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho) - Conforme Anexo II das Planilhas	3,00%	R\$ 66,66
D	SESC ou SESI - Conforme Anexo II das Planilhas	1,50%	R\$ 33,33
E	SENAI - SENAC - Conforme Anexo II das Planilhas	1,00%	R\$ 22,22
F	SEBRAE - Conforme Anexo II das Planilhas	0,60%	R\$ 13,33
G	INCRA - Conforme Anexo II das Planilhas	0,20%	R\$ 4,44
H	FGTS - Conforme Anexo II das Planilhas	8,00%	R\$ 177,75
TOTAL			R\$ 817,65

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
		VALOR (R\$)
A	Vale Transporte	R\$ 42,21
B	Auxílio-alimentação (vales, cesta básica, etc.)	R\$ 482,17
C	Seguro de Vida, Funeral, Invalidez e Jurídica	R\$ 10,40
D	Assistência Médica e Familiar	R\$ 11,29
E	Cesta Básica	R\$ 16,89
TOTAL		R\$ 562,96

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 222,13
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 817,65
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 562,96
TOTAL		R\$ 1.602,74

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
PROVISÃO PARA RESCISÃO		%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado - Conforme Anexo II das Planilhas	0.21%	R\$ 4.17
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado - Conforme Anexo II das Planilhas	8.00%	R\$ 0.33
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado - Conforme Anexo II das Planilhas	2.00%	R\$ 39.99
D	Aviso Prévio Trabalhado - Conforme Anexo II das Planilhas	0.97%	R\$ 19.44
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado - Conforme Anexo II das Planilhas	36.80%	R\$ 7.15
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado - Conforme Anexo II das Planilhas	2.00%	R\$ 39.99
TOTAL		49.98%	R\$ 111.08

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
--	--	--	--

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - Conforme Anexo II das Planilhas	8.33%	R\$ 269.28
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais - Conforme Anexo II das Planilhas	0.28%	R\$ 8.98
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade - Conforme Anexo II das Planilhas	0.01%	R\$ 0.44
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho - Conforme Anexo III das Planilhas	0.04%	R\$ 1.35
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - Conforme Anexo II das Planilhas	0.03%	R\$ 1.08
TOTAL		8.70%	R\$ 281.13

Submódulo 4.2 - Indenização de Intrajornada		VALOR (R\$)
A	Indenização de Intrajornada	R\$ 140.23
TOTAL		R\$ 140.23

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 281.13
4.2	Indenização de Intrajornada	R\$ 140.23
TOTAL		R\$ 421.36

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		
5	INSUMOS DIVERSOS	VALOR (R\$)
A	Uniformes - Conforme Edital e Item 5.1 da Planilha	-
B	Equipamentos - Conforme Edital e Anexo I das Planilhas	-
TOTAL		R\$ 52.19

5.1	Uniformes	UNIDADE	QTDE ANUAL	VALOR (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
1	Calça	Unidade	3	R\$ 41.90	R\$ 125.70	R\$ 10.48
2	Camisa e Camiseta	Unidade	3	R\$ 41.90	R\$ 125.70	R\$ 10.48
3	Cinto	Unidade	2	R\$ 15.00	R\$ 30.00	R\$ 2.50
4	Sapatos/Coturnos	Par	2	R\$ 55.90	R\$ 111.80	R\$ 9.32
5	Meias	Par	4	R\$ 3.00	R\$ 12.00	R\$ 1.00
6	Boné	Unidade	2	R\$ 3.00	R\$ 6.00	R\$ 0.50
7	Capa de Colete	Unidade	1	R\$ 46.90	R\$ 46.90	R\$ 3.91
8	Apito com Cordão	Unidade	1	R\$ 8.90	R\$ 8.90	R\$ 0.74
9	Jaqueta	Unidade	1	R\$ 78.90	R\$ 78.90	R\$ 2.19
10	Capa de Chuva	Unidade	1	R\$ 27.90	R\$ 27.90	R\$ 2.33
11	Crachá e Distintivo	Unidade	1	R\$ 3.00	R\$ 3.00	R\$ 0.25
TOTAL						R\$ 43.70

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos (Água, Luz, Telefone, Apoio Administrativo, Supervisão e Contribuição Sindical Patronal): [(Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5) x (percentual de Custos Indiretos)]	3.50%	R\$ 146.55
B	Lucro: [(Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos) x (percentual de Lucro)]	3.50%	R\$ 151.68
TRIBUTOS			
C.1	PIS: [((Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos + Lucro) / (1 - (soma (percentual do PIS + COFINS + ISS))) x percentual de PIS]	0.65%	R\$ 31.92
C.2	COFINS: [((Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos + Lucro) / (1 - (soma (percentual do PIS + COFINS + ISS))) x percentual de COFINS]	3.00%	R\$ 147.30
C.3	ISS: [((Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos + Lucro) / (1 - (soma (percentual do PIS + COFINS + ISS))) x percentual de ISS]	5.00%	R\$ 245.50
TOTAL		15.65%	R\$ 722.95

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		VALOR (R\$)
Mão de Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 1.999.72
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS	R\$ 1.602.74
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 111.08
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 421.36
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 52.19
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 4.187.09
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 722.95
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 4.910.04

3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
TIPO DE SERVIÇOS (A)	Valor Proposto Por Empregado (B)	Qtde. de Empregados Por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (BxC)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (DxE)	
I	Posto de vigilância desarmada de 12x36 horas NOTURNAS, de segunda a domingo	R\$ 4,910.04	2	R\$ 9,820.08	1	R\$ 9,820.08
Valor Mensal dos Serviços					R\$ 9,820.08	

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		
DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 9,820.08
B	Valor mensal do serviço	R\$ 9,820.08
C	Valor global da Proposta para 12 Meses (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato)	R\$ 117,840.96

5. COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA (VALOR MENSAL DOS SERVIÇO)				
	ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DO POSTO	NUMERO DE POSTOS	SUBTOTAL (R\$)
I.	Posto de vigilância desarmada de 12x36 horas NOTURNAS, de segunda a domingo	R\$ 9,820.08	2	R\$ 19,640.16
Total				R\$ 19,640.16

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Processo:	0052.185457/2019-98
Licitação:	711/2020/GAMA/SUPEL/RO
Dia: 22/09/2021 às 10:00h	

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	9/22/2021
B	Município	Porto Velho / Ji-Paraná / Guajaramirim - RO
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	CCT 2021/2022 - 01/03/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilante Armado	12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas	2

Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

Dados para composição dos custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 1.351,28
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante Armado
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	3/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Nota 3: Apresentar uma planilha para cada localidade e tipo de posto.

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
		%	VALOR (R\$)
A	Salário Base - Conforme CCT		R\$ 1.351,28
B	Adicional Periculosidade	30,00%	R\$ 461,47
C	Adicional Noturno	25%	R\$ 186,97
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ 0,00
E	Reflexo sobre o Descanso Semanal Remunerado	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 1.999,72

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Nota 2: O intervalo intrajornada é verba de natureza indenizatória isenta de encargos sociais e trabalhistas, conforme Art. 71, §4º da Lei nº 13.467/2017 e Art. 214, §9º, "m" do Decreto nº 3.048/99.

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias			
		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário - Conforme Anexo II das Planilhas	8,33%	R\$ 166,58
B	Adicional de Férias - Conforme Anexo II das Planilhas	2,78%	R\$ 55,55
TOTAL			R\$ 222,13

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Nota 2: O adicional de férias e as férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 12,10%, conforme conta vinculada.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições			
		%	VALOR (R\$)
A	INSS - Conforme Anexo II das Planilhas	20,00%	R\$ 444,37
B	Salário Educação - Conforme Anexo II das Planilhas	2,50%	R\$ 55,55
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho) - Conforme Anexo II das Planilhas	3,00%	R\$ 66,66
D	SESC ou SESI - Conforme Anexo II das Planilhas	1,50%	R\$ 33,33
E	SENAI - SENAC - Conforme Anexo II das Planilhas	1,00%	R\$ 22,22
F	SEBRAE - Conforme Anexo II das Planilhas	0,60%	R\$ 13,33
G	INCRA - Conforme Anexo II das Planilhas	0,20%	R\$ 4,44
H	FGTS - Conforme Anexo II das Planilhas	8,00%	R\$ 177,75
TOTAL			R\$ 817,65

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
		VALOR (R\$)
A	Vale Transporte	R\$ 42,21
B	Auxílio-alimentação (vales, cesta básica, etc.)	R\$ 482,17
C	Seguro de Vida, Funeral, Invalidez e Jurídica	R\$ 10,40
D	Assistência Médica e Familiar	R\$ 11,29
E	Cesta Básica	R\$ 16,89
TOTAL		R\$ 562,96

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 222,13
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 817,65
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 562,96
TOTAL		R\$ 1.602,74

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
PROVISÃO PARA RESCISÃO		%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado - Conforme Anexo II das Planilhas	0.21%	R\$ 4.17
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado - Conforme Anexo II das Planilhas	8.00%	R\$ 0.33
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado - Conforme Anexo II das Planilhas	2.00%	R\$ 39.99
D	Aviso Prévio Trabalhado - Conforme Anexo II das Planilhas	0.97%	R\$ 19.44
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado - Conforme Anexo II das Planilhas	36.80%	R\$ 7.15
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado - Conforme Anexo II das Planilhas	2.00%	R\$ 39.99
TOTAL		49.98%	R\$ 111.08

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - Conforme Anexo II das Planilhas	8.33%	R\$ 269.28
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais - Conforme Anexo II das Planilhas	0.28%	R\$ 8.98
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade - Conforme Anexo II das Planilhas	0.01%	R\$ 0.44
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho - Conforme Anexo III das Planilhas	0.04%	R\$ 1.35
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - Conforme Anexo II das Planilhas	0.03%	R\$ 1.08
TOTAL		8.70%	R\$ 281.13

Submódulo 4.2 - Indenização de Intraornada		VALOR (R\$)
A	Indenização de Intraornada	R\$ 140.23
TOTAL		R\$ 140.23

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 281.13
4.2	Indenização de Intraornada	R\$ 140.23
TOTAL		R\$ 421.36

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes - Conforme Edital e Item 5.1 da Planilha	-
B	Equipamentos - Conforme Edital e Anexo I das Planilhas	-
TOTAL		R\$ 56.20

5.1	Uniformes	UNIDADE	QTDE ANUAL	VALOR (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
1	Calça	Unidade	3	R\$ 41.90	R\$ 125.70	R\$ 10.48
2	Camisa e Camiseta	Unidade	3	R\$ 41.90	R\$ 125.70	R\$ 10.48
3	Cinto	Unidade	2	R\$ 15.00	R\$ 30.00	R\$ 2.50
4	Sapatos/Coturnos	Par	2	R\$ 55.90	R\$ 111.80	R\$ 9.32
5	Meias	Par	4	R\$ 3.00	R\$ 12.00	R\$ 1.00
6	Boné	Unidade	2	R\$ 3.00	R\$ 6.00	R\$ 0.50
7	Capa de Colete	Unidade	1	R\$ 46.90	R\$ 46.90	R\$ 3.91
8	Apito com Cordão	Unidade	1	R\$ 8.90	R\$ 8.90	R\$ 0.74
9	Jaqueta	Unidade	1	R\$ 78.90	R\$ 78.90	R\$ 2.19
10	Capa de Chuva	Unidade	1	R\$ 27.90	R\$ 27.90	R\$ 2.33
11	Crachá e Distintivo	Unidade	1	R\$ 3.00	R\$ 3.00	R\$ 0.25
TOTAL						R\$ 43.70

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos (Água, Luz, Telefone, Apoio Administrativo, Supervisão e Contribuição Sindical Patronal): [(Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5) x (percentual de Custos Indiretos)]	3.50%	R\$ 146.69
B	Lucro: [(Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos) x (percentual de Lucro)]	3.50%	R\$ 151.82
TRIBUTOS			
C.1	PIS: [((Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos + Lucro) / (1 - (soma (percentual do PIS + COFINS + ISS))) x percentual de PIS]	0.65%	R\$ 31.95
C.2	COFINS: [((Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos + Lucro) / (1 - (soma (percentual do PIS + COFINS + ISS))) x percentual de COFINS]	3.00%	R\$ 147.44
C.3	ISS: [((Soma do Módulo 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos + Lucro) / (1 - (soma (percentual do PIS + COFINS + ISS))) x percentual de ISS]	5.00%	R\$ 245.74
TOTAL		15.65%	R\$ 723.64

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 1.999.72
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS	R\$ 1.602.74
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 111.08
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 421.36
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 56.20
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 4,191.10
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 723.64
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 4,914.74

3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
TIPO DE SERVIÇOS (A)	Valor Proposto Por Empregado (B)	Qtde. de Empregados Por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (BxC)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (DxE)	
I	Posto de vigilância desarmada de 12x36 horas NOTURNAS, de segunda a domingo	R\$ 4,914.74	2	R\$ 9,829.48	1	R\$ 9,829.48
Valor Mensal dos Serviços					R\$ 9,829.48	

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		VALOR (R\$)
DESCRIÇÃO		
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 9,829.48
B	Valor mensal do serviço	R\$ 9,829.48
C	Valor global da Proposta para 12 Meses (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato)	R\$ 117,953.76

5. COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA (VALOR MENSAL DOS SERVIÇO)				
	ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DO POSTO	NUMERO DE POSTOS	SUBTOTAL (R\$)
I.	Posto de vigilância desarmada de 12x36 horas NOTURNAS, de segunda a domingo	R\$ 9,829.48	2	R\$ 19,658.96
Total				R\$ 19,658.96

ANEXO I - INSUMOS DIVERSOS

ITEM	Descrição	Unidade	Tipo	Preço Unitário (A)	Quantidade (B)	Quantidade de Vigilantes (C)	Prazo de vida útil (anos) (D)	Depreciação Anual (E)	Valor Anual por Vigilante (F = E / C)
A	EQUIPAMENTOS ARMADO								
1	Placa do Colete Ballístico	unid.	Posto	R\$ 475.00	1	4	5.0	R\$ 95.00	R\$ 23.75
2	Livro de ocorrências	unid.	Posto	R\$ 6.50	1	4	0.5	R\$ 13.00	R\$ 3.25
3	Cassetele e Porta Cassetele	unid.	Posto	R\$ 41.90	1	4	2.0	R\$ 20.95	R\$ 5.24
4	Capa de Chuva	unid.	Posto	R\$ 28.90	1	1	1.0	R\$ 28.90	R\$ 28.90
5	Revolver	unid.	Posto	R\$ 1,850.00	1	4	10.0	R\$ 185.00	R\$ 46.25
6	Munição	unid.	Posto	R\$ 4.74	12	4	1.0	R\$ 56.88	R\$ 14.22
7	Cinto com coldre e baleiro	unid.	Posto	R\$ 27.50	1	1	2.0	R\$ 13.75	R\$ 13.75
8	Rádio HT	unid.	Posto	R\$ 189.90	1	4	5.0	R\$ 37.98	R\$ 9.50
9	Caneta	unid.	Posto	R\$ 1.79	4	4	1.0	R\$ 7.16	R\$ 1.79
10	Lanterna	unid.	Posto	R\$ 39.90	1	4	3.0	R\$ 13.30	R\$ 3.33
Total anual estimado por vigilante									R\$ 149.98
Total mensal estimado por vigilante									R\$ 12.50

ANEXO I - INSUMOS DIVERSOS

ITEM	Descrição	Unidade	Tipo	Preço Unitário (A)	Quantidade (B)	Quantidade de Vigilantes (C)	Prazo de vida útil (anos) (D)	Depreciação Anual (E)	Valor Anual por Vigilante (F = E / C)
A	EQUIPAMENTOS ARMADO								
1	Placa do Colete Ballístico	unid.	Posto	R\$ 475.00	1	4	5.0	R\$ 95.00	R\$ 23.75
2	Livro de ocorrências	unid.	Posto	R\$ 6.50	1	4	0.5	R\$ 13.00	R\$ 3.25
3	Cassetele e Porta Cassetele	unid.	Posto	R\$ 41.90	1	1	2.0	R\$ 20.95	R\$ 20.95
4	Capa de Chuva	unid.	Posto	R\$ 28.90	1	1	1.0	R\$ 28.90	R\$ 28.90
7	Cinto com coldre e baleiro	unid.	Posto	R\$ 27.50	1	1	2.0	R\$ 13.75	R\$ 13.75
8	Rádio HT	unid.	Posto	R\$ 189.90	1	4	5.0	R\$ 37.98	R\$ 9.50
9	Caneta	unid.	Posto	R\$ 1.79	4	4	1.0	R\$ 7.16	R\$ 1.79
Total anual estimado por vigilante									R\$ 101.89
Total mensal estimado por vigilante									R\$ 8.49

ANEXO II - MEMÓRIA DE CÁLCULO / JUSTIFICATIVA VALORES APRESENTADOS

TOTAL DOS ENCARGOS

CÁLCULO

[(Submódulo 2.1 + Submódulo 2.2 + Módulo 3 + Submódulo 4.1) + Subtotal do Módulo 1]

Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias			
A	13º Salário	8.33%	
	CÁLCULO:		
	= $[(1 + 12) \times 100] =$		
	= $[0,0833 \times 100] =$		
	= 8,33%		
B	Adicional de Férias		
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		36.80%	
A	INSS	20.00%	
B	Salário Educação	2.50%	
C	Seguro Acidente do Trabalho (RAT: 3,00% x FAP: 1)	3.00%	
D	SESC ou SESI	1.50%	
E	SENAI ou SENAC	1.00%	
F	SEBRAE	0.60%	
G	INCRA	0.20%	
H	FGTS	8.00%	
			Definidos por legislação (fixos)
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		49.98%	
PROVISÃO PARA RESCISÃO			
Considerando que 47,5% dos empregados pedem contas ou são demitidos por justa causa; essa penalidade recai sobre os 52,5% dos remanescentes, sendo distribuído 2,5% para casos com o Aviso Prévio Indenizado e 50% para casos com Aviso Prévio Trabalhado.			
A	Aviso Prévio Indenizado	0.21%	
	Estatística da Empresa 2,5% dos empregados são substituídos durante o ano (turnover da empresa)		
	CÁLCULO:		
	= $\{ [0,025 \times (1 + 12)] \times 100 \} =$		
	= $\{ [0,025 \times 0,083333] \times 100 \} =$		
	= $\{ 0,00211 \times 100 \} =$		
	= 0,21%		
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	8.00%	Apenas Incidências
	CÁLCULO:		
	= $\{ [0,42\% \times 8,00\%] \} =$		
	= 0,03%		
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	2.00%	
	(Multa de 40% FGTS) em relação ao percentual de aviso prévio indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado	0.97%	
	DADOS:		
	Redução de 7 dias ou de 2h por dia		
	Cerca de 50% do pessoal é demitido nessa situação.		
	CÁLCULO:		
	= $\{ [(7 + 30) + 12] \times 0,50 \times 100 \} =$		
	= $\{ [0,2333 + 12] \times 0,50 \times 100 \} =$		
	= $\{ 0,0097 \times 100 \} =$		
	= 0,97%		
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre Aviso Prévio Trabalhado	36.80%	Apenas Incidências
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2.00%	
	(Multa de 40% FGTS) em relação ao percentual de aviso prévio trabalhado		
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		8.70%	
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
A	Substituto na cobertura de Férias	8.33%	
	DADOS:		
	Parâmetro: custeio do referido substituto durante as férias do titular		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.28%	
	DADOS:		
	Parâmetro: em média 1 ausências no ano		
	CÁLCULO:		
	= $\{ [(1 + 30) + 12] \times 100 \} =$		
	= 0,28%		
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0.014%	
	DADOS:		
	Estatísticas da empresa: porcentagem dos funcionários que tornam-se pais em um ano		
	Fórmula:		
	= $\{ [(5 + 30) + 12] \times \% \text{ dos empregados que tornam-se pais em um ano} \div 100 \} \times 100$		
	CÁLCULO:		
	1,0% dos funcionários tornam-se pais em um ano, o cálculo será:		
	= $\{ [(5 + 30) + 12] \times 0,01 \} \times 100 =$		
	= 0,014%		
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0.04%	
	DADOS:		

Estatística: 1,00% sofrem acidente durante o ano
CÁLCULO:
= { [(15 + 30) + 12] x 0,1 } x 100 =
= 0,042%

E Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade 0.03%
DADOS:
0,10% = 0,001 (percentual estatístico adotado como de empregadas que se afastam por licença maternidade)
4 meses no ano = 4/12 = 0,3333 (período em um ano a que se referem as férias proporcionais ora calculadas)
CÁLCULO:
= [(0,001 x 0,3333) x 100] =
= 0,0037%

Hora Noturna
Base de Cálculo: [(Salário Base) / 220 horas] x ((Quantidade de Horas trabalhadas por noite a partir das 22:00h até às
CLÁUSULA QUARTA - DA TABELA DE REMUNERAÇÃO DA CATEGORIA

ADICIONALNOTURNO
Vigilante
1,53

INTRAJORNADA

Base de Cálculo: [(Salário Base) + 220] x 150% x QUANTIDADE DE DIAS TRABALHADOS x 30 MINUTOS POR DIA (0,5)

1º Parametro: para o referido cálculo foi considerado a indenização de intrajornada conforme preconiza o Art. 71, § 4º da CLT e CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA da CCT. Para a base de cálculo é desconsiderado a periculosidade tendo em vista o Parágrafo Quarto da CCT.

2º Parametro: Considerado apenas a indenização de 30 (trinta) minutos por dia trabalhado conforme previsto em CCT, conforme se segue: CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO INTERVALO INTRAJORNADA

O intervalo para descanso e refeição nas jornadas de trabalho de 12x36 horas, diurna ou noturna, será de 01 (uma) hora, podendo ser concedido o **intervalo parcial de 30 (trinta) minutos**, sendo que no caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo, haverá o pagamento, de natureza indenizatória do período suprimido com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, nos termos do artigo 71 § 4º da CLT.

SEGURO DE VIDA

Base de Cálculo: (Remuneração) x 40 x 0,0013 (COEFICIENTE DO PRÊMIO)
O Valor do Prêmio é conforme a CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO DE VIDA da CCT

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 01.775.654/0001-50

Mês/Ano: JUN 2021

Dados Iniciais

Período: 01/06/2021 a 30/06/2021

Declaração Retificadora: NÃO

Situação: Normal

PJ inativa no mês da declaração: NÃO

PJ optante pelo Simples Nacional: NÃO

Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral

Forma de Tributação do Lucro: Real Estimativa

PJ levantou balanço/balancete de suspensão no mês: SIM

PJ com débitos de SCP a serem declarados: NÃO

PJ optante pela CPRB: NÃO

Situação da PJ no mês da declaração: PJ não se enquadra em nenhuma das situações anteriores no mês da declaração

Critério de Reconhecimento das Variações Monetárias dos Direitos de Crédito e das Obrigações do Contribuinte, em Função da Taxa de Câmbio: Não se aplica

Regime de Apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e/ou da Cofins: Cumulativo

Dados Cadastrais do Estabelecimento Matriz

Nome Empresarial:
FIEL VIGILANCIA LTDA

Logradouro: RUA MARQUES DE ITU
Complemento: QUADRA 04 LOTE 1 E
Município: APARECIDA DE GOIANIA

CEP: 74910-310 Telefone: (62) 34164327

Caixa Postal: UF: CEP:

Correio Eletrônico: contabil@totalvigilancia.com.br

NÚMERO: S/N
Bairro/Distrito: RECANTO DOS EMBOABAS
UF: GO

Fax: (62) 34164320

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 01.775.654/0001-50

JUN/2021

Página 2

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome: MILTON DE FELIX DE FREITAS

CPF: 251.171.571-68

Telefone: (62) 34164327

Ramal:

FAX: (62) 34164320

Correio Eletrônico: contabil@totalvigilancia.com.br

Dados do Responsável pelo Preenchimento

Nome: HUGO EDUARDO FERREIRA SILVA

CPF: 297.042.378-20

Inscrição no CRC: 021886

UF: GO

Telefone: (62) 34164327

Ramal:

Fax: (62) 34164320

Correio Eletrônico: contabil@totalvigilancia.com.br

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 01.775.654/0001-50

JUN/2021

Página 3

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: IRRF - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE

CÓDIGO DA RECEITA: 0561-07

DENOMINAÇÃO: IRRF - Trabalho Assalariado

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Junho / 2021

DÉBITO APURADO	9.404,53
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	9.404,53
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	9.404,53
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$ **Total: 9.404,53**

Total do Imposto apurado no período, antes de efetuadas as compensações 9.404,53

Pagamento **Total: 9.404,53**

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 30/06/2021	CNPJ: 01.775.654/0001-50	Código da Receita: 0561
Data de Vencimento: 20/07/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		9.404,53
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		9.404,53
Valor Pago do Débito:		9.404,53

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 01.775.654/0001-50

JUN/2021

Página 4

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: IRRF - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE

CÓDIGO DA RECEITA: 1708-06

DENOMINAÇÃO: IRRF - Remuneração de Serviços Prestados por Pessoa Jurídica

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Junho / 2021

DÉBITO APURADO	739,69
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	739,69
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	739,69
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$ **Total: 739,69**

Total do Imposto apurado no período, antes de efetuadas as compensações 739,69

Pagamento **Total: 739,69**

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 30/06/2021	CNPJ: 01.775.654/0001-50	Código da Receita: 1708
Data de Vencimento: 20/07/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		739,69
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		739,69
Valor Pago do Débito:		739,69

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 01.775.654/0001-50

JUN/2021

Página 5

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: PIS/PASEP - CONTRIB. P/ PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL/FORMAÇÃO
PATRIM. SERV. PÚBLICO

CÓDIGO DA RECEITA: 8109-02

DENOMINAÇÃO: PIS - Faturamento

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Junho / 2021

DÉBITO APURADO	253,96
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	253,96
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	253,96
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$ **Total: 253,96**

Total da Contribuição no período, antes de efetuadas as compensações 253,96

Pagamento **Total: 253,96**

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 30/06/2021	CNPJ: 01.775.654/0001-50	Código da Receita: 8109
Data de Vencimento: 23/07/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		253,96
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		253,96
Valor Pago do Débito:		253,96

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 01.775.654/0001-50

JUN/2021

Página 6

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: COFINS - CONTRIBUIÇÃO P/ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

CÓDIGO DA RECEITA: 2172-01

DENOMINAÇÃO: COFINS - Faturamento

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Junho / 2021

DÉBITO APURADO	1.172,20
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	1.172,20
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	1.172,20
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$ **Total: 1.172,20**

Total da Contribuição no período, antes de efetuadas as compensações 1.172,20

Pagamento **Total: 1.172,20**

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 30/06/2021	CNPJ: 01.775.654/0001-50	Código da Receita: 2172
Data de Vencimento: 23/07/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		1.172,20
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		1.172,20
Valor Pago do Débito:		1.172,20

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 01.775.654/0001-50

JUN/2021

Página 7

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: CSRF - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS RETIDAS NA FONTE PELAS PJ DE
DIREITO PRIVADO

CÓDIGO DA RECEITA: 5952-07

DENOMINAÇÃO: CSLL, COFINS e PIS/PASEP - Retenção de contribuições sobre
pagamentos de PJ a PJ de direito privado

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Junho / 2021

DÉBITO APURADO	2.123,80
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	2.123,80
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	2.123,80
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$ **Total: 2.123,80**

Total das Retenções no período, antes de efetuadas as
compensações 2.123,80

Pagamento **Total: 2.123,80**

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 30/06/2021	CNPJ: 01.775.654/0001-50	Código da Receita: 5952
Data de Vencimento: 20/07/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		2.123,80
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		2.123,80
Valor Pago do Débito:		2.123,80

***** FIM DE IMPRESSÃO *****

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS
EMPRESA

EMPRESA: FIEL VIGILANCIA LTDA RO	Nº CONTROLE: C51kVC1P5GT0000-1				Nº ARQUIVO: IdGNeTFk5og0000-4	
COMP: 07/2021 COD REC: 150 COD GPS: 2100 FPAS: 515 OUTRAS ENT: 0115 SIMPLES: 1 ALIQ RAT: 3,0	FAP: 1,00		RAT AJUSTADO: 3,00			
TOMADOR/OBRA:	INSCRIÇÃO:					
LOGRADOURO: BENJAMIN CONSTANT 3205	BAIRRO: EMBRATEL		CNAE PREPONDERANTE: 8011101			
CIDADE: PORTO VELHO UF: RO CEP: 76820-848	TELEFONE: 0062-35450013		CNAE: 8011101			
APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:	515	620	744	779	TOTAL	

SEGURADO						
Empregados/Avulsos	8.601,88	0,00	0,00	0,00	8.601,88	
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
EMPRESA						
Empregados/Avulsos	19.075,16	0,00	0,00	0,00	19.075,16	
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RAT	2.861,27	0,00	0,00	0,00	2.861,27	
RAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Valores Pagos a Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Evento Desportivo/Patrocínio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Retenção Lei 9.711/98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	307,62	0,00	0,00	0,00	307,62	
(-) Compensação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	30.230,69	0,00	0,00	0,00	30.230,69	
OUTRAS ENTIDADES	5.531,79	0,00	0,00	0,00	5.531,79	
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	5.531,79	0,00	0,00	0,00	5.531,79	
TOTAL A RECOLHER	35.762,48	0,00	0,00	0,00	35.762,48	

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI(EM)CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO, E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI No 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTANCIAS DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000183/2020
DATA DE REGISTRO NO MTE: 16/11/2020
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR058346/2020
NÚMERO DO PROCESSO: 14021.175841/2020-98
DATA DO PROTOCOLO: 13/11/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND. TRAB. SEG. VIG. TRANSPORTES VALORES CURSOS FORMACAO DE VIG. EST. RONDONIA, CNPJ n. 84.638.139/0001-55, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VALDEMAR COSME DE CARVALHO;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DE RONDONIA, CNPJ n. 63.628.150/0001-64, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA DA FONSECA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos trabalhadores em segurança, vigilância, transporte de valores, curso de formação de vigilância, vigilância eletrônica e similar, com abrangência territorial no Estado de Rondônia/RO, com abrangência territorial em RO.**

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO

O salário base da categoria será reajustado no percentual de 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) devendo ser aplicada a partir de 1º de outubro de 2020, correspondentes a inflação ocorrida no período de 01/03/2019 a 28/02/2020 acrescido de 1,78% (um inteiro e setenta e oito centésimos por cento) referente a projeção da inflação para o período de 01/03/2020 a 28/02/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA TABELA DE REMUNERAÇÃO DA CATEGORIA

FUNÇÃO	SALÁRIO BASE	HORA NORMAL	EXTRA 50%	EXTRA 60%	EXTRA 100%	ADICIONAL NOTURNO
Vigilante	1.351,28	6,14	9,21	9,82	12,28	1,53
Vig. Líder	1.351,28	6,14	9,21	9,82	12,28	1,53
Mot. Carro Leve	1.351,28	6,14	9,21	9,82	12,28	1,53
Inspetor I	2.325,57	10,57	15,85	16,91	21,14	2,64
Inspetor II	2.855,48	12,98	19,47	20,76	25,96	3,24
Cinta. Contag.	2.101,90	9,55	14,32	15,28	19,10	2,39
Mot. Carro Forte	2.855,48	12,98	19,47	20,76	25,96	3,24

Vig. Escolta Carro Forte	2.583,05	11,74	17,61	18,78	23,48	2,93
Escolta Armada	2.583,05	11,74	17,61	18,78	23,48	2,93
Chefe de Equipe	2.987,51	13,58	20,37	21,72	27,16	3,39
Vig. Orgânico	1.351,28	6,14	9,21	9,82	12,28	1,53
Vig de Evento		17,31				
Vig. Seg. Pessoal Privada		20,61				
Vig. Bomb. Civil	1.351,28	6,14	9,21	9,82	12,28	1,53
Vig. Oper. / ATM	1.621,49	7,37	11,05	11,79	14,74	1,84
Monitor Sis.Elet.Seg.Int.	1.351,28	6,14	9,21	9,82	12,28	1,53

Parágrafo primeiro - As demais funções, tais como as atividades administrativas e de meio, terão seus salários reajustados em, no mínimo, o mesmo reajuste descrito na cláusula terceira.

Parágrafo segundo - Admite-se na categoria o regime de salário mensal, sendo o salário diário de 1/30 (um trinta avos) e o salário hora de 1/220 (um duzentos e vinte avos).

Parágrafo terceiro – Fica convencionado que o adicional de periculosidade de 30% incidirá sobre a somatória de todas as remunerações constantes no quadro acima, a saber: salário base, horas extras 50%, horas extras 60%, horas extras 100%, adicional noturno, com exceção das horas extras relativas à indenização do intervalo intrajornada.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

Fica estabelecido que as empresas promoverão os pagamentos dos salários dos seus colaboradores até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, não considerando como dias úteis os sábados, domingos e feriados.

Parágrafo Único – A diferença do reajuste salarial e do vale alimentação relativas ao mês de outubro/2020 que não for paga até o quinto dia útil do mês de novembro de 2020 será paga juntamente com o salário do mês de novembro/2020.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SEXTA - DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO

As empresas se obrigam a fornecer a todos os empregados, comprovante de pagamento em documento único, contendo, obrigatoriamente, a razão social da empresa, o nome do empregado, demonstrativo de salário base mensal, a quantidade de horas extras, de adicional noturno, valor de cada um dos títulos depositados do FGTS incidentes, salários família e demais títulos que compõem a remuneração mensal, bem como os descontos da Previdência Social, imposto de renda, contribuição devida às entidades sindicais profissionais, a pensão alimentícia, se houver e convênios firmados pelo SINTESV/RO.

Parágrafo primeiro – Fica estabelecido que o limite máximo de utilização dos convênios firmados pelo Sindicato Laboral (chequinho), será de até 30% (trinta por cento) do salário base da categoria acrescido do adicional de periculosidade, desde que previamente autorizado pelo empregado, nos termos do Artigo 462 da CLT, observados os demais descontos já inseridos na folha de pagamento (pensões, consignados, entre outros).

Parágrafo segundo: Fica estabelecido que os convênios firmados pelo sindicato laboral poderão ser utilizados pelos seus associados através de autorização por escrito ou meio eletrônico ou ainda, através do

cartão magnético com a senha pessoal e intransferível, fornecido por empresa contratada pelo sindicato laboral.

Parágrafo terceiro – As empresas que dispõem de programa eletrônico de informação aos seus empregados, poderão disponibilizar os contracheques destes diretamente no sitio eletrônico da empresa, mediante digitação de código e senha, que serão disponibilizados a todos os colaboradores, gradativamente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PERÍODO DE FECHAMENTO DE PONTO

Para fins de fechamento do ponto, apuração e pagamento das horas extraordinárias e noturnas, as empresas poderão optar pelo fechamento da folha em data anterior ao último dia do mês sem que isso implique em atraso de pagamento previsto no Art. 459 §1º da CLT.

Parágrafo Único: No caso da empresa optar pelo fechamento do ponto, em data anterior ao último dia do mês, pagará as horas extras e noturnas remanescentes em valores atualizados pelo salário do mês do efetivo pagamento.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA OITAVA - DA ANTECIPAÇÃO DE 13º SALÁRIO

As empresas poderão antecipar 50% (cinquenta por cento) do pagamento do 13º salário mediante solicitação formal do colaborador a partir do mês de abril até outubro do ano corrente.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA NONA - DAS HORAS EXTRAS

Para cômputo das horas extras, todos os colaboradores deverão registrar nas folhas de ponto, os devidos horários de entrada, saída, intervalos e demais anotações pertinentes que tenham reflexo na jornada de trabalho, com exceção dos colaboradores que exercem cargo de confiança, que ficam desobrigados de qualquer controle de jornada a critério da empresa.

Parágrafo primeiro - O horário de trabalho poderá ser registrado pelos empregados em cartão, papeleta, livro de ponto, cartão magnético ou, ainda, por outro meio eletrônico aceito legalmente, ficando as empresas obrigadas a colher assinatura dos empregados ao final do período do ponto no respectivo meio de controle, salvo no caso da utilização de biometria.

Parágrafo segundo – Fica autorizado, no presente instrumento normativo, a adoção de sistema alternativo eletrônico de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados por telefone e/ou rádio transmissor, desde que não haja infração legal ou prejuízo ao trabalhador.

Parágrafo terceiro – O colaborador que cumpre jornada de 12x36 horas, quando convocado para trabalhar na folga, será remunerado com adicional de 100% (cem por cento).

Parágrafo quarto – O tempo dispendido para troca de turno (rendição) não será computado para fins de horas extras.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO DIA DO VIGILANTE

Fica instituído o Dia Nacional do Vigilante, que será celebrado no dia 20 de junho de cada ano, sendo que os vigilantes que trabalharem nesta data terão adicional de 60% (sessenta por cento) do valor da hora normal.

Parágrafo único – Não fará jus ao benefício desta cláusula o colaborador que trabalha na escala 12 x 36 em face às peculiaridades específicas desta jornada.

ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ANUÊNIO

Fica garantido a todo empregado um adicional por tempo de serviço contínuo na proporção de 1% (um por cento) do valor do salário base da categoria, por ano trabalhado, até o limite de 5 (cinco) anos de serviço prestado continuamente, limitado a 5% (cinco por cento).

Parágrafo primeiro - Os direitos adquiridos a título de ANUÊNIO acima de 5% (cinco por cento), até 30 de abril de 2004, serão mantidos e limitados ao percentual que fazem jus até a mencionada data.

Parágrafo segundo - Os vigilantes admitidos a partir de 1º de maio de 2004 não fazem jus ao anuênio.

Parágrafo terceiro - O valor do anuênio não se incorpora ao salário, seja a que título for.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas fornecerão vale alimentação diário a todos os seus colaboradores mensalistas, inclusive os administrativos, por dia trabalhado, desde que a carga horária exceda 4 (quatro) horas trabalhadas.

Parágrafo primeiro - O valor unitário do vale alimentação do colaborador mensalista será R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por dia efetivamente trabalhado, devendo ser aplicado o novo valor a partir de 1º de outubro de 2020, sendo devido o desconto de 1,00% (um por cento) do valor do benefício.

Parágrafo segundo – Os vigilantes contratados em regime de tempo parcial, na forma do Art. 58, “A” da CLT, receberão o benefício do vale alimentação proporcional as horas trabalhadas, sendo que o valor da refeição/hora corresponderá a R\$ 2,66 (dois reais e sessenta e seis centavos).

Parágrafo terceiro – Este benefício será praticado de acordo com a legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e será concedido através de cartão alimentação.

Parágrafo quarto - Aos dirigentes sindicais liberados, com os direitos assegurados, fica garantido o benefício da alimentação, como se trabalhando estivessem excetuando-se os sábados, domingos e feriados.

Parágrafo quinto - O valor estabelecido para a alimentação não integra o salário do colaborador, para todos os efeitos.

Parágrafo sexto – As empresas comprometem-se a pagar o valor referente a alimentação até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

Parágrafo sétimo – O colaborador do transporte de valores que se deslocar para municípios fora da base, de modo que percorra, em roteiros conjugados ou não, mais de 200 km (de ida) até o último ponto de atendimento, para realizar transporte de valores, fará jus ao recebimento extra de R\$ 18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos) de auxílio alimentação, devendo ser aplicado o novo valor a partir de 1º de outubro de 2020, sem prejuízo do vale alimentação ordinário e dos demais direitos já assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista e/ou neste instrumento Coletivo.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO VALE TRANSPORTE

Desde que solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências previstas no art. 7º do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87 e as previstas na Lei nº 7.418/85, as empresas fornecerão vale-transporte a todos os seus empregados, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência-trabalho e vice-versa.

Parágrafo primeiro – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da Lei.

Parágrafo segundo – Nos períodos de afastamento do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício

do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência-trabalho.

Parágrafo terceiro – Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate-se que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

Parágrafo quarto – No caso de extravio, perda ou dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

Parágrafo quinto – No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o vale transporte proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

Parágrafo sexto – A declaração falsa ou uso indevido do vale-transporte constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

Parágrafo sétimo – Desde que solicitado, as empresas fornecerão vale-transporte aos empregados sob o regime de tempo parcial, nos dias efetivamente trabalhado para deslocamentos residência/trabalho e vice-versa, com desconto de 6% (seis por cento) do salário aferido no mês trabalhado, possuindo o empregado veículo próprio, a empresa disponibilizará ajuda de custo, na medida combinada, para o deslocamento necessário, sendo considerada verba de natureza indenizatória, enquadrando-se no previsto do §2º do artigo 457 da CLT.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

As empresas obrigam-se a arcar com as despesas do funeral em caso de morte do colaborador, quando procuradas por familiares ou membros do Sindicato Laboral, limitadas tais despesas a 5 (cinco) salários base da função do colaborador, mediante comprovação.

Parágrafo único – Caso a empresa mantenha convênio/seguro que cubra todas as despesas com funeral, a mesma fica desobrigada de pagar as despesas descritas no *caput* desta cláusula.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO DE VIDA

As empresas obrigam-se a fazer seguro de vida em grupo, em conformidade com o inciso IV do Art. 19 da Lei nº 7.102 de 20 de junho de 1983 e Resolução CNSP nº 05/84 e demais normas atinentes, observando-se as condições e hipóteses previstas no parágrafo segundo desta cláusula.

Parágrafo primeiro – O prazo para inclusão do vigilante noviço como beneficiário do seguro será até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à admissão.

Parágrafo segundo - No caso de inexistência do seguro, as empresas obrigam-se a pagar:

- a) 40 (quarenta) vezes o valor do último salário base da categoria em caso de morte por qualquer causa;
- b) 69 (sessenta e nove) vezes o valor do último salário base da categoria, em caso de invalidez permanente, parcial ou total, por acidente.

Parágrafo terceiro - As empresas obrigam-se a entregar ao Sindicato laboral cópia da apólice de seguro obrigatório de que trata a Lei nº 7.102, de 20 de julho de 1.983.

Parágrafo quarto - Os valores decorrentes das indenizações por morte serão pagos aos beneficiários designados pelo empregado ou, na falta da designação, na forma da Lei e, nos casos de invalidez permanente total ou parcial decorrente exclusivamente de acidente, ao próprio empregado, que impulsionarão os documentos à seguradora, no intuito do recebimento da indenização que fazem jus, observados os procedimentos e regras da SUSEP.

Parágrafo quinto - Para comprovação da contratação do seguro de vida em grupo, bastará a apresentação de Contrato de Seguro com empresas do sistema de livre escolha das empresas contratantes, especificando que, como segurados, estão compreendidos todos os empregados, além da comprovação do respectivo pagamento do prêmio à Seguradora.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESTA BÁSICA

As empresas pagarão de uma única vez ao ano, durante a vigência desta CCT, a todos os seus colaboradores, uma cesta básica, equivalente a 16% (dezesesseis por cento) do salário base da respectiva função, descontando-se 1% (um por cento) do salário de cada colaborador beneficiado.

Parágrafo primeiro – Este benefício será concedido aos colaboradores que não excederem o quantitativo de 04 (quatro) faltas injustificadas no interregno aquisitivo. Sendo consideradas como faltas justificadas: declaração de comparecimento a unidade de saúde e todas as faltas legais elencadas no artigo 473 e seus parágrafos da CLT.

Parágrafo segundo - No caso de admissão ou rescisão contratual, as empresas pagarão ao empregado o valor proporcional ao período trabalhado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO

As empresas complementarão o auxílio-doença de seus empregados pagos pelo INSS, até o limite de 40% (quarenta por cento) sobre o salário base no primeiro mês

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES ESTÁGIO/APRENDIZAGEM

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES

O percentual de aprendizagem de no mínimo 5%, previsto no art. 429 da CLT, que deve ser aplicado em relação às funções que demandem formação profissional, difere do curso de formação de vigilante a que alude a Lei 7.102/82, em seu art. 16,IV, requisito essencial para o exercício da atividade de segurança, não se confundindo com a mencionada habilitação profissional obtida por meio de curso técnico de nível médio, prevista nas normas que tratam da aprendizagem, e também por força de lei, o curso de formação de vigilante somente pode ser autorizado pela Polícia Federal, e, portanto, no cálculo da contratação de aprendizes devem ser excluídos da base de cálculo os vigilantes, armados e/ou desarmados.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA CARTA DE APRESENTAÇÃO E PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO

No ato da rescisão contratual, as Empresas fornecerão a seus ex-colaboradores, quando solicitado, carta de apresentação e Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA RECONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DEMITIDOS

As empresas poderão, a seu critério, recontratar funcionários que trabalhavam em regime de tempo parcial, conforme previsão no art.58-A da CLT, para trabalhar como funcionário mensalista, imediatamente após o término do primeiro vínculo empregatício.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CURSOS DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM

O curso de reciclagem, extensões legais e necessárias à execução do serviço do Vigilante definidos na Lei nº 7.102/83 e seus regulamentos, quando convocados pela empresa, será promovido por conta destas, sem ônus para os vigilantes.

Parágrafo primeiro – Fica convencionado que as empresas deverão comunicar aos vigilantes formalmente, listando os documentos necessários para a matrícula na Escola de Formação. É obrigação do EMPREGADO apresentar no Departamento Operacional da empresa ou na escola de formação ao qual se encontra matriculado, toda documentação prevista na portaria nº 3233/2012 da Polícia Federal, no prazo máximo de 30(trinta) dias corridos do recebimento da notificação enviada pela empresa por escrito.

Parágrafo segundo – O não cumprimento do disposto no parágrafo primeiro por parte do empregado acarretará a suspensão do contrato de trabalho do mesmo, a partir da data que expirar o prazo de validade do curso de reciclagem. Caso o empregado não regularize sua situação no prazo de 90 dias após o prazo fixado no parágrafo primeiro, a empresa efetivará o desligamento do mesmo.

Parágrafo terceiro – A suspensão do contrato de trabalho e demissão do vigilante descrita no parágrafo anterior somente poderá ocorrer caso a empresa tenha convocado o colaborador a iniciar a sua reciclagem com no mínimo 60 (sessenta) dias antes do prazo de expiração do curso de reciclagem.

Parágrafo quarto - Na hipótese do empregado não lograr êxito no curso de reciclagem, o pagamento de uma segunda oportunidade para realização do curso será de responsabilidade do próprio empregado. Não logrando êxito novamente, o empregado poderá ser desligado da empresa.

Parágrafo quinto - No caso do trabalhador ser demitido por justa causa, distrato contratual (Art. 484 -A da CLT) ou pedir demissão no prazo inferior a 06 (seis) meses da realização do Curso de Formação de Vigilante ou Reciclagem, deverá ressarcir a empresa o valor correspondente a reciclagem na proporção dos meses faltantes para o seu vencimento.

Parágrafo sexto - Uma vez recebido o certificado de participação nos cursos de reciclagem das Escolas ou Academias de Formação, as empresas o entregarão incontinentemente ao respectivo colaborador, retendo uma cópia para seus arquivos.

Parágrafo sétimo - As empresas arcarão com as despesas de locomoção e alimentação do colaborador que resida no interior do Estado quando convocado para participar do curso de reciclagem.

Parágrafo oitavo – Não serão consideradas horas extras, as horas destinadas aos cursos de formação e/ou reciclagem.

Parágrafo nono – Havendo interesse do vigilante, com a anuência da empresa contratante e da escola de formação, o mesmo poderá optar por realizar o curso de extensão ao invés do curso de reciclagem, ficando responsável pelo pagamento da diferença entre o curso de reciclagem e da extensão pretendida.

ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

São as seguintes as atividades profissionais abrangidas nesta Convenção Coletiva de Trabalho:

- 1. VIGILANTE** - Profissional habilitado nos termos da lei 7.102/83, que portando ou não arma muniada, tem a função de impedir ou inibir ação criminosa contra os bens de propriedade de terceiros;
- 2. VIGILANTE LIDER** - Profissional habilitado nos termos da lei 7.102/83, que portando ou não arma muniada, tem a função de impedir ou inibir ação criminosa contra os bens de propriedade de terceiros, lotado em postos de serviços localizados em todos os Municípios do Estado de Rondônia, coordenando equipes de vigilantes em seus respectivos postos de serviço com o intuito de manter a disciplina do desempenho das funções, bem como, verificar suas presenças e anotação de faltas;
- 3. INSPETOR I** - Profissional responsável pela orientação de vigilantes, vigilante líder, fiscalização de suas presenças, com poderes para advertir colaboradores, distribuição de armamento e munição e contatos com o tomador dos serviços, cujas atividades exigem a condução de veículos automotores.
- 4. INSPETOR II** - Profissional responsável pela administração da área operacional da empresa, cujas atribuições são coordenar e orientar vigilantes, vigilante líder e inspetor I, fiscalização de suas presenças,

com poderes para advertir colaboradores, distribuição de armamento e munição para os postos de serviço, bem como outros trabalhos junto a sua empresa ou respectiva tomadora de serviço, atividades essas cujo desempenho haja necessidade de condução de veículos automotores.

5. VIGILANTE ESCOLTA DE CARRO FORTE - Profissional com formação prevista na Lei nº 7.102/83, empregado em empresas especializadas em transporte de valores com função específica de dar cobertura ao chefe de equipe ou guarnição em sua atividade.

6. VIGILANTE ESCOLTA ARMADA - Profissional com formação prevista na Lei nº 7.102/83, empregado em empresas especializadas em transporte de valores com função específica de garantir o Transporte de Valores incluindo o retorno da guarnição com o respectivo armamento e demais equipamentos, com pernoite estritamente necessário de acordo com o Art. 1º, § 4º, III da portaria 387/2006 – DG/DPF.

7. VIGILANTE CHEFE DE GUARNIÇÃO OU EQUIPE - Profissional de empresas especializadas em transportes de valores, com a função específica de dirigir a equipe de cada veículo, transportar e embarcar malotes de valores.

8. VIGILANTE MOTORISTA DE CARRO FORTE - Profissional responsável pela condução de carro forte blindado ou leve de transporte de valores, pertencente à empresa especializada em transportes de valores.

9. MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - Profissional responsável pela condução de veículos leves em serviços administrativos.

10. VIGILANTE ORGÂNICO - Profissional com formação previsto na lei nº 7.102/83.

11. VIGILANTE DE EVENTO - Profissional com formação prevista na lei nº 7.102/83 que opera basicamente em serviços eventual remunerado por hora ou diária.

12. VIGILANTE DE SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA – Profissional com formação prevista na lei nº 7.102/83 e extensão em segurança pessoal privada. Atua como segurança de nível executivo, realiza acompanhamento e segurança pessoal do cliente.

13. VIGILANTE BOMBEIRO CIVIL – Profissional com formação prevista na lei nº 7102/83.

14. VIGILANTE OPERADOR DE ATM - Profissional responsável a desempenhar exclusivamente nas empresas autorizadas a funcionar no ramo de Transporte de Valores, a função de fazer manutenção extra nos cofres das ATM dos Tomadores de Serviços, conduzindo motocicletas ou veículos leves, a critério da empresa.

15. CINTAGEM/CONTAGEM – Profissional responsável a desempenhar a função de preparar e recontar numerários dos tomadores de serviços exclusivamente nas empresas autorizadas a funcionar no ramo de Transporte de Valores.

16. MONITOR DE SISTEMAS ELETRÔNICO DE SGURANÇA INTERNO – Profissional que monitora sistemas eletrônicos de segurança.

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS DEVERES DO EMPREGADO

São deveres e obrigações do colaborador, além dos previstos na legislação em vigor:

- a) Comparecer ao local de trabalho na hora designada para o início de sua jornada de trabalho;
- b) Manter boa aparência e conservar em condição de uso o uniforme e/ou equipamento fornecido pela empresa;
- c) Indenizar o empregador pela perda, extravio ou descaminho de materiais da empresa, observando-se o que estabelece a Cláusula quinquagésima primeira desta CCT;
- d) O colaborador apresentará os documentos exigidos no prazo assinado pela empresa para o fim de renovar sua Carteira Nacional de Vigilante.
- e) Manter atualizado, através da documentação comprobatória, junto ao setor de recursos humanos da empresa, seus dados referentes a estado civil, endereço residencial, número de telefones para contato, nível de escolaridade, relação de dependentes e carteira nacional de habilitação, se possuir;
- f) Cumprir integralmente as normas internas e procedimentos da empresa;

g) Comunicar a empresa de imediato sobre qualquer ocorrência havida com os equipamentos disponibilizados para seu trabalho, especialmente a arma, munições e colete balístico;

h) Portar CNV disponibilizada pela empresa a qual pertença quando em serviço, conforme prevê o Art. 157 da Portaria 3.233/2012-DG/DPF.

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO UNIFORME

Quando de uso obrigatório, as empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados que laboram em jornada de 44hs semanal, pelo menos 02 (dois) uniformes completos, entendendo-se como completo: calça, camisa, sapato e boné, entregues a cada 06 (seis) meses. Sendo que para aqueles que laboram em jornada 12x36 será concedido um uniforme completo a cada 06 meses.

Parágrafo primeiro - As empresas que optarem por substituir o par de sapatos por coturnos, farão a substituição apenas 01 (uma) vez ao ano.

Parágrafo segundo – O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido.

Parágrafo terceiro – A utilização do uniforme será restrita ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa, conforme orientação contida no inciso IV do art. 169 da Portaria 3233/2012 - DPF.

Parágrafo quarto - A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas são de uso comum.

Parágrafo quinto – O tempo dispendido para troca de uniforme não será considerado como hora extra.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EMPREGO EM VIAS DE SE APOSENTAR

Nos 24 meses imediatamente anteriores ao tempo mínimo necessário à aquisição do direito à aposentadoria, por tempo de serviço e/ou idade, aos empregados com trabalho de, no mínimo 02 anos ininterruptos na mesma empresa, desde que o beneficiado se manifeste por escrito com a prova do tempo de serviço, por extrato pelo INSS ou comprovação por CTPS, nos 30 dias imediatamente anteriores à aquisição da estabilidade.

Parágrafo único – Com a comunicação referida nesta cláusula, mesmo após o prazo referido no caput, o empregado passa a gozar da estabilidade ali referida, exceto se a dispensa se der por justa causa.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO ABRIGO, PROTEÇÃO E SEGURANÇA

O posto de serviço deverá contar, necessariamente, com:

a) Abrigo de proteção contra chuvas, quando em área externa e/ou guarita com climatização adequada;

b) Instalações sanitárias com livre acesso ao colaborador.

Parágrafo primeiro - Caso o posto de serviço não disponha dos equipamentos acima citados, o empregado não será obrigado a aceitá-lo ou permanecer no mesmo.

Parágrafo segundo - No dia de chuva, em que o colaborador estiver trabalhando em áreas externas, sem proteção, ser-lhe-á fornecido equipamento impermeável apropriado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA VENTILAÇÃO DOS CARROS FORTES E VEÍCULO DE ESCOLTA ARMADA

As empresas que possuem veículos de transporte de valores ou de escolta armada serão obrigadas a instalar ar-condicionado ou climatização e ventilação adequados à saúde dos colaboradores.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA CONTINUIDADE DOS CONTRATOS – RESCISÃO POR ACORDO – ART. 484 – A

Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato, poderão contratar, a seus critérios, os empregados da anterior, sem descontinuidade da prestação dos serviços, sendo que nesse caso a rescisão SERÁ POR ACORDO e obrigará ao pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS e pagamento de metade do aviso prévio, se indenizado, ou seu cumprimento normal, em relação às demais verbas rescisórias não haverá alteração.

Parágrafo primeiro - Havendo real impossibilidade da continuação do trabalhador nos serviços, devidamente justificado pela empresa ou pelo empregado, o empregado terá direito à indenização no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os depósitos do FGTS e os demais direitos previstos em Lei. Nesta hipótese, a rescisão contratual será considerada por iniciativa do empregador, sem justa causa.

Parágrafo segundo - Quando a empresa entregar os avisos prévios aos seus empregados em razão da proximidade do término do contrato de prestação de serviço e por qualquer motivo der continuidade ao contrato caberá ao respectivo empregador fazer a retratação, em razão da manutenção do emprego.

Parágrafo terceiro - No encerramento do contrato entre o empregador e o tomador de serviço, poderá a empresa vencedora do contrato de prestação de serviços efetuar a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador reaproveitado, independentemente da devida baixa do contrato anterior.

Parágrafo quarto – As empresas ficam desobrigadas de indenizar os colaboradores dispensados sem justa causa, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data-base de reajuste salarial.

Parágrafo quinto –O Sindicato Laboral será cientificado da ocorrência da transferência do contrato, podendo interferir na facilitação da transferência de forma em harmonizar o anseio do colaborador e a independência administrativa da empresa contratada.

Parágrafo sexto – O aviso prévio comunicado pela empresa contratante, poderá ser emitido de forma coletiva, sendo necessário a assinatura individualizada dos colaboradores. Considerando ainda, as jornadas de trabalho executadas na categoria, fica estabelecido que a redução da jornada de trabalho será de 07(sete) dias corridos.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA JORNADA DE TRABALHO ESPECIAL DE 12X36

A jornada de trabalho será de doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observado ou indenizado, o intervalo para repouso e alimentação.

Parágrafo primeiro - Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

Parágrafo segundo - Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 minutos, remunerados no percentual de 25% para os períodos laborados entre 22:00h e 06:00h, sobre o salário base da categoria.

Parágrafo terceiro – Considerando as particularidades ocorridas na escala de trabalho de 12x36, fica facultado as empresas conceder férias aos colaboradores a partir do dia 01 de cada mês, independente de recair em sábado, domingo ou feriado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA JORNADA DE TRABALHO DE 44 HORAS SEMANAIS

A jornada normal de trabalho admitida na categoria compreende o trabalho de 8h00 (oito horas) diárias, 44h00 (quarenta e quatro) horas semanais ou 8h48 (oito horas e quarenta e oito minutos) de segunda a sexta-feira, equivalentes a 44h00 (quarenta e quatro horas) semanais.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO INTERVALO INTRAJORNADA

O intervalo para descanso e refeição nas jornadas de trabalho de 12x36 horas, diurna ou noturna, será de 01 (uma) hora, podendo ser concedido o intervalo parcial de 30 (trinta) minutos, sendo que no caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo, haverá o pagamento, de natureza indenizatória do período suprimido com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, nos termos do artigo 71 § 4º da CLT.

Parágrafo primeiro - O intervalo para descanso e refeição nas jornadas de trabalho de 44 horas semanais diurna ou noturna, poderá ser inferior ou superior à 1 (uma) hora, podendo ser concedido o intervalo parcial de 30 (trinta) minutos, sendo que no caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo, haverá o pagamento, de natureza indenizatória, do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, nos termos do artigo 71 § 4º da CLT.

Parágrafo segundo - Durante o período do intervalo intrajornada, fica facultado ao vigilante permanecer nas dependências do local da prestação de serviço, cujo período não será computado na duração do trabalho, por não constituir tempo à disposição do empregador.

Parágrafo terceiro – O intervalo intrajornada usufruído, deverá ser anotado no controle de ponto manual ou eletrônico, mesmo que o intervalo seja inferior ou superior a 01h (uma) hora.

Parágrafo quarto – No caso dos trabalhadores que laboram em instituições financeiras, sob o regime de 44 horas semanais, as empresas terão um período de 05 (cinco) horas para conceder o início do intervalo intrajornada, compreendido entre às 10h e 15h.

FALTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO ABONO DE FALTA DO ESTUDANTE

Desde que pré-avisadas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, as empresas serão obrigadas a liberar o colaborador, para participar de exames vestibular, supletivo ou concurso público, no âmbito do Município onde presta serviço, devendo para tanto, o colaborador comprovar sua participação no mesmo prazo.

Parágrafo único - As empresas concorrerão para escalar o colaborador estudante, vestibulando ou curso profissionalizante para turno de trabalho que não coincida com seu horário de aula, devendo o beneficiário fazer a comunicação formal com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DOS POSTOS ESPECIAIS

É facultada às empresas a concessão de gratificação ou remuneração diferenciada transitória, em razão de postos considerados especiais. Essas gratificações ou remunerações diferenciadas serão circunscritas exclusivamente a postos especiais, assim nomeados e classificados pelas empresas, desde que com a anuência expressa do Sindicato Laboral, em decorrência do tipo de atividade, condições de trabalho e/ou função desempenhada no tomador de serviço.

Parágrafo primeiro – O pagamento de tais gratificações ou remunerações diferenciadas, em razão de se circunscreverem a determinados postos definidos como especiais pelas empresas e pelo Sindicato Laboral, não poderá ser objeto de isonomia ou equiparação salarial por outros vigilantes, que trabalhem em postos que não tenham as mesmas condições.

Parágrafo segundo – Visando melhor atender às necessidades contratuais das empresas, fica autorizado que em um mesmo posto, haja remuneração diferenciada, a qual será definida de acordo com a função do colaborador.

Parágrafo terceiro - Os vigilantes que exercerem a função de “vigilante líder” farão jus ao adicional de 20% (vinte por cento) sobre o salário base, a título de gratificação de função, enquanto perdurar o exercício efetivo da função, sem qualquer incidência de reflexos e encargos.

Parágrafo quarto - Fica assegurada às empresas, quando do encerramento do contrato em posto especial ou transferência do vigilante, a supressão da "Gratificação por posto especial" e/ou "Gratificação por função".

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DAS JORNADAS ESPECIAIS PARA EVENTOS

Serão admitidas jornadas especiais para eventos, ficando a sua aplicação restrita ao trabalho em eventos de curta duração (feiras, espetáculos, seminários, eventos esportivos, shows, casas noturnas e etc.).

Parágrafo primeiro – As jornadas para tais eventos se limitam ao máximo de 12 horas diárias.

Parágrafo segundo – Para os serviços prestados nestes eventos o valor da hora será de R\$ 17,31 (dezesete reais e trinta e um centavos) incluídos todos os reflexos e encargos, devendo ser aplicado o novo valor a partir de 1º de outubro de 2020.

Parágrafo terceiro – Ocorrerá por conta da empresa o pagamento das despesas de alimentação (lanche) e transporte.

Parágrafo quarto – Todos aqueles que se disponibilizarem para realização destes eventos deverão atender os requisitos da Lei 7.102/83.

Parágrafo quinto – Todos os vigilantes de evento deverão portar identidade profissional e deverão estar devidamente uniformizados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA PERMUTA DE PLANTÃO

Fica assegurada a permuta de plantão entre os vigilantes das empresas a qual pertençam, desde que assinem previamente um “termo de responsabilidade” entre si e apresentem ao setor operacional da empresa com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas, para que o mesmo seja submetido à apreciação e aprovação.

Parágrafo primeiro: Os vigilantes que laboram nos postos de serviço localizados no interior do Estado de Rondônia, entregarão o “termo de responsabilidade” ao seu superior imediato com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, que encaminharão para apreciação e aprovação.

Parágrafo segundo: A responsabilidade pelo comparecimento será daquele que se comprometer a realizar o serviço.

Parágrafo terceiro: Não será autorizado a permuta caso o vigilante que esteja de plantão for substituir na escala seguinte o colega permutado.

FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ALTA PREVIDENCIÁRIA

O empregado que receber alta médica do INSS, fica obrigado a se apresentar na empresa no dia útil imediatamente subsequente, para a realização de exame de retorno, sob pena de ter o período de inércia

configurado como falta injustificada, estando sujeito a aplicação de medidas disciplinares cabíveis.

Parágrafo primeiro – Caso o empregado tenha ingressado com recurso a alta previdenciária, deverá comunicar a empresa também no dia útil imediatamente subsequente a alta, que fornecerá contra recibo da referida comunicação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, estando sujeito a aplicação de medidas disciplinares cabíveis

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DO SESMT

Fica facultada as empresas a constituição de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT – comuns ao do tomador dos serviços; bem como a adesão ao SESMT comum entre empresas de mesma atividade econômica localizadas em um mesmo município ou municípios limítrofes; ou ainda a constituição do SESMT comum por empresas que desenvolvam suas atividades em um mesmo polo industrial ou comercial, visando a promoção da saúde e da integridade do trabalhador da categoria nos seus locais de trabalho, em conformidade com o disposto nos itens 4.5.3, 4.14.3 e 4.14.4 da NR 4 do Ministério do trabalho e Emprego.

Parágrafo primeiro – Para manutenção das atividades do SESMT, desenvolvidas na sede do SINDESP/RO, fica estabelecido o valor de R\$27,00 (vinte e sete reais) por vigilante a ser inserido na planilha de custo dos tomadores de serviços.

Parágrafo segundo – As palestras de sensibilização oferecidas pelo SESMT em nada se assemelham aos cursos de reciclagem e treinamentos oferecidos aos colaboradores.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DO ATESTADO MÉDICO

As empresas acatarão os atestados médicos emitidos pelo SUS e seus conveniados, bem como os emitidos pelos serviços médicos e odontológicos do Sindicato e seus conveniados e os emitidos por médicos de estabelecimento privado, desde que apresentados, no prazo máximo de até 48h (quarenta e oito) horas após a emissão.

Parágrafo primeiro - Na hipótese de a empresa dispor de serviços médicos próprios ou conveniados o atestado médico fornecido na forma do caput desta cláusula se for o caso, deverá ser convalidado.

Parágrafo segundo – O atestado deverá ser entregue pessoalmente ou, nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, após sua emissão, podendo ser convalidado pelo médico da empresa.

Parágrafo terceiro – Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsede ou posto de apoio, caso existam, recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço ou encaminhado diretamente no e-mail da empresa.

Parágrafo quarto – Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado, e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, devendo ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

Parágrafo quinto – Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, uma vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

Parágrafo sexto – Caso a fraude seja constatada, implicará em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

GARANTIAS A PORTADORES DE DOENÇA NÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA CONTRATAÇÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES

ESPECIAIS

Considerando que o vigilante tem a função legal de inibir ou proibir ação delituosa com o uso de armas de fogo/branca, e inclusive desarmado, sendo treinado para defesa pessoal, de patrimônio, de pessoas necessitando, assim, estar em plenitude física e mental, o cumprimento do art. 93 da Lei nº 8.213/91 e arts. 136 a 141 do Decreto 3.048/99, com relação a admissão de pessoa portadora de deficiência física habilitada ou reabilitada, tomará como parâmetro, a exemplo do que ocorre na contratação de policiais (Art. 37, VIII/CF), O DIMENSIONAMENTO RELATIVO AO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO, ressalvado o comparecimento de profissionais atendendo a publicação da empresa, que comprove ter curso de formação de vigilante, e que porte Certificado Individual de Reabilitação ou Habilitação expedido pelo INSS, que indique expressamente que está capacitado profissionalmente para exercer a função de vigilante (art. 140 e 141 do Decreto nº 3048/99). Fica facultado a empresa submeter antes à Polícia Federal, conforme Lei nº 7.102/83 e Portaria/DPF 3233/2012, e não se aplicará o aproveitamento em outras funções, porque mais de 99% (noventa e nove por cento) de seus empregados são vigilantes.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DO ACESSO ÀS EMPRESAS

As empresas comprometem-se a delegar um representante para atender o Sindicato laboral, com vista à colocação de aviso, panfletos, etc., nos quadros de aviso e para atender e tratar assuntos sindicais.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

Cada empresa liberará 01 (um) colaborador eleito Dirigente Sindical ao SINTESV/RO, limitando-se a 02 (dois) colaboradores quando um deles exercer o cargo de Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral ou Diretor Financeiro, em disponibilidade remunerada, como se trabalhando estivesse.

Parágrafo primeiro – Visando resguardar a liberdade de organização sindical, que consiste na forma como os trabalhadores se organizam para defenderem seus direitos, fica estabelecido que incumbe exclusivamente ao ente sindical laboral a escolha dos dirigentes a serem liberados. Sendo que em caso de substituição do dirigente sindical anteriormente liberado, a escolha ficará a critério do ente sindical laboral e da respectiva empresa.

Parágrafo segundo - Os demais dirigentes serão liberados 12 (doze) dias por ano, para comparecimento às atividades sindicais, sem prejuízo de seus salários e vantagens.

Parágrafo terceiro - Na hipótese de o Dirigente Sindical liberado, espontaneamente, rescindir seu contrato de trabalho, a empresa fica desobrigada de liberar outro dirigente sindical para substituí-lo.

Parágrafo quarto – O Dirigente Sindical que desejar rescindir seu contrato de trabalho pode renunciar à sua estabilidade sem a assistência de seu Sindicato.

Parágrafo quinto - Os Delegados de base serão eleitos apenas nos Municípios que não possuam diretor do sindicato eleito. A estabilidade sindical será estendida aos delegados, até que ocorra a extinção do contrato de prestação de serviço vinculado ao trabalhador.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA O SINDICATO LABORAL

As empresas se obrigam a fornecer mensalmente ao Sindicato Laboral a relação de todos os seus colaboradores, por Município, contendo desconto de convênios, taxa Assistencial e contribuições sindicais, para que seja gerada a Guia de Recolhimento Único (GRU'S) até o 5º dia útil subsequente ao mês trabalhado, bem como informar os admitidos, demitidos, em férias e, os colaboradores que tenham ajuizado pedido de rescisão indireta durante o mês e solicitar por escrito ao sindicato laboral o nada consta.

Parágrafo primeiro – A empresa que não proceder da forma estabelecida no *caput*, será responsabilizada pelo pagamento dos possíveis débitos contraídos pelo empregado demitido

Parágrafo segundo - As empresas encaminharão ao SINTESV/RO cópia das Guias da Previdência Social (GPS), relativas à competência do mês anterior até o dia 20 (vinte) de cada mês, nos termos do disposto no art. 225, inciso V do Decreto nº 3.048/99.

Parágrafo terceiro: As empresas encaminharão via e-mail mensalmente ao Sindicato Laboral, as cópias dos Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho ocorridas no mês anterior.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS E ACESSO A INFORMAÇÕES

Em face da Lei n. 13.709/18 e atos normativos dela decorrentes, as entidades convenentes fixam que os dados pessoais dos trabalhadores poderão ser compartilhados, quando autorizados por determinação legal, assim entendida largo senso, ou quando vinculados diretamente à relação mantida por sua empregadora e seus clientes, tendo em conta a atividade por ela exercida. Do mesmo modo, tocará aos seus empregados estrita observação de tal conduta, no exercício dos seus cometimentos funcionais, quando do acesso a dados de terceiros, direta ou indiretamente ligados à empregadora e/ou a sua atividade junto aos clientes tomadores de seus serviços.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DA MENSALIDADE SINDICAL

As empresas descontarão mensalmente de seus colaboradores sindicalizados, desde que expressamente autorizado pelo colaborador, a mensalidade sindical de 3% (três por cento) do salário base da função a que pertence o colaborador, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo primeiro -O desconto tratado nesta Cláusula será repassado para o Sindicato Laboral até o dia 10 (dez) do mês subsequente, através de cheque nominal, depósito bancário ou transferência eletrônica, acompanhado da relação dos contribuintes.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA CONTRIBUIÇÃO PARA A AESV

Pensando no bem-estar social do colaborador e de sua família, fica estabelecido que as empresas de vigilância contribuirão com o valor mensal de R\$1,06 (um real e seis centavos), devendo ser aplicado o novo valor a partir de 1º de outubro de 2020, por trabalhador, incluindo o administrativo, que serão destinados à Associação dos Servidores da Vigilância e Segurança do Estado de Rondônia – AESV.

Parágrafo primeiro - A contribuição discriminada no *caput* será repassada ao SINTESV/RO, que por sua vez, destinará o respectivo valor a Associação dos Servidores da Vigilância e Segurança do Estado de Rondônia – AESV.

Parágrafo segundo - A Associação dos Servidores da Vigilância e Segurança do Estado de Rondônia – AESV, prestará contas trimestralmente ao SINTESV/RO, que por sua vez as repassarão ao SINDESP/RO e as empresas de segurança quando solicitadas.

Parágrafo terceiro – Havendo irregularidades na prestação de contas apresentadas, ficam suspensas as contribuições até que sejam sanadas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DA CONTRIBUIÇÃO PARA ASSISTÊNCIA MÉDICA/ODONTOLÓGICA

As empresas contribuirão mensalmente em favor do Sindicato da Categoria, com a importância de R\$ 11,29 (onze reais e vinte e nove centavos) para cada colaborador, devendo ser aplicado o novo valor a partir de 1º de outubro de 2020, a título de Contribuição para Assistência Médica/odontológica nas localidades onde houver atendimento médico ou odontológico contratado pelo SINTESV/RO, exceto para os colaboradores da área administrativa e operacional das empresas que possuem plano de saúde extensivo a seus familiares.

Parágrafo primeiro - A Assistência Médica, objeto desta Cláusula será prestada pelo Sindicato da Categoria (SINTESV/RO) para todos os colaboradores abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho independentemente de serem sindicalizados ou não.

Parágrafo segundo - Ocorrendo novas contratações ou exclusões de médicos ou dentistas pelo Sindicato obreiro em novas localidades, as empresas serão informadas para que possam efetuar a partir de então as novas contribuições ou exclusões.

Parágrafo terceiro - O SINTESV/RO enviará mensalmente a cada empresa a relação nominal dos atendimentos médico/odontológico realizado aos colaboradores e dependentes do mês anterior, conforme solicitação das empresas.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE SINDICAL

As empresas que desejarem contratar com o setor público, retirar ou renovar cadastros em órgãos públicos ou privados, deverão apresentar, no ato do procedimento licitatório, o Certificado de Regularidade Sindical com validade máxima de 30 (trinta) dias, emitido pelo SINTESV/RO e pelo SINDESP/RO, em conformidade com o disposto nos artigos 607 e 608 da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DOS ACORDOS COLETIVOS FIRMADOS PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES

Fica convencionado que quaisquer instrumentos coletivos firmados pelo Sindicato dos Trabalhadores (SINTESV) com quaisquer das empresas abrangidas por esta CCT, incluindo nestes Acordos Coletivos de Trabalho e seus Termos Aditivos, que estabelecerem condições sociais e econômicas divergentes das pré-estabelecidas nesta Convenção Coletiva deverão contar com a participação na negociação e anuência expressa do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Rondônia.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DA COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS

As partes ajustam que na vigência desta convenção coletiva não será instituída a Comissão de Representantes dos Empregados nas Empresas, prevista nos artigos 510-A, 510-B, 510-C e 510-D e seus parágrafos, da Lei nº 13.467/2017, ficando mantida a representação dos empregados pelo Sindicato Laboral, conforme autoriza o artigo 611-A, VII, do mesmo diploma legal.

Parágrafo Único: Caberá, portanto, ao Sindicato Laboral representar os empregados, tendo em vista que hoje já se encontra estruturado e executa as atividades atribuídas à Comissão de Representantes dos Empregados pela nova legislação

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DA ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL

Os sindicatos obreiro e patronal assumem o compromisso de atuarem em conjunto e formalmente, a título de notificação, quando o contratante dos serviços de que trata o instrumento coletivo não cumprir com todas as obrigações dele constantes, notadamente as de natureza econômica, ou não conceder e pagar os reajustes e/ou repactuações dos contratos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da definição e ultimização negocial da data-base e/ou solicitação da contratada, desde que esta esteja rigorosamente em dia com suas obrigações convencionais junto aos sindicatos convenientes

DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

A multa por infração, em caso de descumprimento de quaisquer cláusulas da presente CCT, será de 01 (um) salário base do vigilante, ressalvada as Cláusulas que já contemplam penalidades próprias, devendo a multa ser recolhida a favor do Sindicato Laboral

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DA REVOGAÇÃO DAS CCT'S ANTERIORES

Na forma do art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, todas as cláusulas previstas nos anteriores acordos coletivos de trabalho e convenções coletivas de trabalho existentes entre as partes ora acordantes devem ser consideradas revogadas, sendo substituídas pelas presentes cláusulas deste instrumento coletivo em virtude da plena negociação delas o que resulta no estabelecimento de novas condições de trabalho aqui ajustadas por mútuo consenso

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - DOS DESCONTOS

É vedado às empresas descontarem dos salários, ou cobrá-los de outra forma, todos os valores correspondentes aos instrumentos de trabalho e, especialmente, os valores referentes às armas ou outros instrumentos de trabalho dos vigilantes que forem arrebatadas por ação de crimes praticados contra eles, tanto nos locais de trabalho como nos trajetos de ida e volta para o trabalho ou postos de serviços.

Parágrafo único - Havendo dolo e/ou culpa em caso de danos ou prejuízos causados pelo colaborador a bens do empregador, de clientes ou de terceiros, comprovado através de sindicância, com acompanhamento do Sindicato Laboral, será permitido desconto até o limite máximo previsto em Lei, de 30% (trinta por cento) mensalmente, sobre o rendimento bruto do mesmo, até alcançar o montante do prejuízo ou dano.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DA CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES PARA FAZER FACE AOS RECURSOS NECESSÁRIOS P

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B; Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado; Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato Patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo Sindicato Patronal, quais sejam, Trabalhadores em segurança, vigilância, Transporte de Valores, Curso de Formação Vigilância, Vigilância Eletrônica e Similar recolherão junto ao Banco do Brasil, em favor do SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE RONDÔNIA – SINDESP/RO, mediante guia a ser fornecida por este, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, para a assistência a todos e não somente a associados, o valor de R\$ 3,52 (três reais e cinquenta e dois centavos) por cada colaborador com base no último CAGED.

Parágrafo primeiro - Os pagamentos relativos à Contribuição Confederativa deverão ser efetuados nas seguintes datas, e o valor deverá ser recolhido conforme a **tabela**:

QUANTIDADE DE COLABORADORES	VALOR A SER PAGO
01 a 100 colaboradores	R\$500,00
101 a 200 colaboradores	R\$1.000,00
201 a 300 colaboradores	R\$1.500,00
301 a 400 colaboradores	R\$2.000,00
401 a 500 colaboradores	R\$2.500,00
501 a 600 colaboradores	R\$3.000,00
601 a 700 colaboradores	R\$3.500,00
701 a 800 colaboradores	R\$4.000,00

801 a 999 colaboradores	R\$4.500,00
Acima de 1.000 colaboradores	R\$5.000,00
Empresas de Transporte de Valores	R\$3.500,00
Escolas de Curso de Formação	R\$1.000,00

Parágrafo segundo – A Contribuição Confederativa será distribuída da seguinte forma:

I – 70% para o Sindicato;

II – 25% para a Federação;

III – 5% para a Confederação.

Parágrafo terceiro - O atraso no pagamento da contribuição supramencionada acarretará a incidência de multa de 2% do valor da contribuição, bem como em correção monetária a ser calculada pela média dos índices fornecidos pelo IGPM/FGV e INPC/IBGE.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DA APLICAÇÃO DO CUSTO DO AVISO PRÉVIO NA RENOVAÇÃO DO CONTRATO

Em caso de renovação de contrato, será considerado na planilha de custos, o aviso prévio trabalhado em conformidade com a Lei nº 12.506 de 11/10/2011, o qual será aplicado na planilha de custo o percentual de 0,83% a.m.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - DO CUSTO DO TRABALHADOR EM REGIME DE TEMPO PARCIAL

Integra ao custo do trabalhador em regime de tempo parcial, o salário proporcional, férias, 13º salário, uniforme, seguro de vida, alimentação, cesta básica, curso de formação e reciclagem, custos com o SESMT, custos com transporte, material e equipamentos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - TERMOS DE COMPROMISSO DAS ENTIDADES SINDICAIS

Fica estabelecido ente as partes signatárias desse instrumento coletivo, para tratar da separação das categorias de transporte de valores e vigilantes na Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Único - Assim que a representação legal do novo sindicato patronal da categoria de transporte de valores estiver regularizada, o SINDESP/RO oficiará o SINTESV/RO acerca da referida regularização, para darem início a tratativas da separação das categorias.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DAS CONQUISTA E CONCESSÕES

As entidades convenientes declaram, que na negociação coletiva ora formalizada, houveram concessões mútuas, razão pela qual os direitos e deveres, benefícios e restrições expressos nas diversas cláusulas, não devem ser vistos isoladamente, e sim como insertos na integralidade do pactuado, respeito ao costume e principalmente da busca da possibilidade de manutenção e geração de empregos, bem como de se viabilizar a atividade econômica (art. 7º inciso XXVI da CF).

ANEXOS
ANEXO I - ATA APROVAÇÃO DA CATEGORIA LABORAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA CONJUNTA DE REGISTRO CCT

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - ATA APROVAÇÃO CATEGORIA PATRONAL

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.